



# Anais da Assembléia

Nº 135

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 1994

ANO XX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**

Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**

1º Vice-Presidente - PTB

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**

2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**

1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**

2º Secretário - PP

**BASÍLIO ZANUSSO**

3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**

4º Secretário - PSDB

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado **RENATO GUIMARÃES ADUR**  
PFL ..... Deputado **NELSON GARCIA**  
PDT ..... Deputado **PAULO MAIA DE OLIVEIRA**  
PTB ..... Deputado **ERONDY SILVÉRIO**  
PSDB ..... Deputado **HEINZ GEORG HERWIG**  
PT ..... Deputado **OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO**  
PL ..... Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**  
PP ..... Deputado **NILTON ROBERTO BARBOSA**

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB** — 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiesel Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** — 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldi - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL** — 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Vladimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Ruppe Filho; **PDT** — 07: Algaci Ormário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** — 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** — 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** — 03: Ovídio José Constantino - Emami Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Péricles de H. Mello; **PL** — 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

## Ato da Presidência:

## RESOLUÇÃO Nº 008/94

DATA: 30 de maio de 1994.

SÚMULA: Autoriza a realização de Plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre criação do Município de Foz do Jordão.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Cândói, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Foz do Jordão, com área de 213,3 Km<sup>2</sup>.

"Inicia-se no Km 404,7 da Rodovia BR-373 que liga a BR-277 a Pato Branco; deste ponto segue por linha perimétrica cruzando um banhado até a nascente do córrego denominado Talaveira, segue acompanhando o referido córrego pela margem direita no sentido descendente, confrontando com o Município de Cândói no sentido Sudoeste até o Rio Jordão; deste segue pela margem direita do referido rio, agora confrontando com o Município de Pinhão, no sentido Sudoeste até o Rio Iguaçu, deste segue pela margem direita do referido rio, agora, confrontando com o Município de Manguueirinha, no sentido Sudoeste até o Km. 427 da BR-373, cabeceira da ponte que liga Cândói a Manguueirinha, deste segue pela referida Rodovia no sentido Noroeste, confrontando com o Município de Cândói até o Km 404,7 da Rodovia BR-373 onde iniciou-se e encerra a presente descrição".

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO  
URBANO DE FOZ DO JORDÃO

Área: 217,85 hectares

"Iniciando o marco O=PP cravado nas confluências de terras pertencentes a Cristiano Wollff e margem direita da Estrada Municipal GA-520 sentido BR-373 - Segredo, deste marco segue com o azimute AZ 113°33'57" e distância de 380,41m. confrontando com Cristina Wollff até o marco nº 01; deste segue com AZ 206°17'05" e distância de 89,56m. até o marco nº 02, com AZ 206°22'56" e distância de 122,88m. até o marco nº 03, com AZ 206°36'46" e distância 112,62m. até o marco nº 04, com AZ 291°25'29" e distância de 124,57m. até o marco nº 05, com AZ 193°02'35" e distância 494,41m. até o marco nº 07, com AZ 24°36'38" e distância de 231,06m. até o

marco nº 08, todos confrontando com o Reflorestamento Morro Verde (Trombini); deste segue com AZ 183°16'14" e distância 261,60m. até o marco nº 09, com AZ 190°50'19" e distância de 199,93m. até o marco nº 10, com AZ 271°17'53" e distância de 53,99m. até o marco nº 11, com AZ 281°44'57" e distância de 92,53m. até o marco nº 12, com AZ 180°46'15" e distância 167,57m. até o marco nº 13, todos margeando a estrada de acesso ao Aeroporto e confrontando com Vinícios Reis e outros; deste segue com AZ 217°39'34" e distância 157,44m. até o marco nº 14, com AZ 269°07'37" e distância de 82,85m. até o marco nº 15, com AZ 183°19'05" e distância 287,84m. até o marco nº 17, com AZ 346°37'47" e distância de 310,45m. até o marco nº 18, com AZ 281°39'43" e distância 289,99m. até o marco nº 19, com AZ 270°45'13" e distância de 137,91m. até o marco nº 20, todos confrontando com João Maurina, deste segue com AZ 329°56'17" e distância de 90,92m. até o marco nº 21, com AZ 330°19'30" e distância de 613,98m. até o marco nº 22, confrontando com Aldino Hittinger; deste segue com AZ 327°31'52" e distância de 101,96m. até o marco nº 23 com AZ 328°09'43" e distância de 104,20m. até o marco nº 24, com AZ 274°52'43" e distância de 92,99m. até o marco nº 25, com AZ 38°58'25" e distância de 309,56m. até o marco nº 26, com AZ 49°23'25" e distância 94,37m. até o marco nº 27, com AZ 33°37'40" e distância de 81,99m. até o marco nº 28, com AZ 37°44'13" e distância 501,94m. até o marco nº 29, todos confrontando com Zalmir Farias e outros, deste segue com AZ 105°15'51" e distância 128,98m. até o marco nº 30, com AZ 103°36'41" e distância de 115,53m. até o marco nº 31, com AZ 99°54'02" e distância de 68,90m. até o marco 32, todos confrontando com Walter Pflanzner, deste segue com AZ 82°00'20" e distância de 343,26m. até o marco nº 33, com AZ 359°16'10" e distância 199,61m. até o marco nº 34, com AZ 124°08'30" e distância de 61,55m. até o marco nº 35, confrontando com Idavino Possamas, e finalmente deste segue com AZ 110°48'25" e distância de 196,59m. confrontando com Cristiano Wollff até o marco nº O=PP, onde iniciou-se e encerra-se a presente demarcação".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 30.05.94.

(a) ORLANDO PESSUTI - Presidente

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA  
ATA DA 104.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 1994

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pu-dell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, José Arthur Ritti, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (40). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Domingos Carvalho, João Preis, José Afonso Júnior, Luiz Antonio Setti, Namir Piacentini, Nelson Justus, Nilton Servo e Ovídio Constantino (14).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

#### S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

#### E X P E D I E N T E:

#### Mensagens:

MENSAGEM Nº 145/94

Curitiba, 21.11.94.

Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva reajustar, a partir de 1º de dezembro de 1994, na forma das tabelas que o integram, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções

gratificadas dos servidores civis e militares, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo. Visa ainda, a presente proposição, a adoção de outras medidas que constam da exposição de motivos a mim apresentada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração que, para melhor entendimento, vão adiante transcritas:

"Atendendo determinação de Vossa Excelência, faço encaminhar à superior apreciação, anteprojeto de lei que viabilizará promoção de ajuste na Tabela de Vencimentos do Quadro Geral do Estado, através do processo de linearização, conforme planilha demonstrativa apensa.

Nesta mesma linha, a concessão de reajuste geral, no percentual de 7% (sete por cento), ao funcionalismo público estadual, bem como alteração na remuneração de Secretário de Estado, o que, via de consequência, ensejará alteração do limitador constitucional, na ordem de 16% (dezesesseis por cento).

Ao Magistério Público Estadual estará sendo concedido o aumento de 9% (nove por cento).

Contempla ainda, referido anteprojeto, a alteração de percentuais da Gratificação de Incentivo à Pesquisa, a qual é atribuída aos servidores que se ocupam de atividades de ciência, pesquisa e geração de tecnologia, implementando ou apoiando a execução de projetos ou estudos, visando o desenvolvimento tecnológico do Estado.

Referida Gratificação estará contemplando os servidores do IAPAR e IPARDES.

Altera-se da mesma forma o valor da Gratificação destinada aos Auditores da Ouvidoria Geral do Estado, a qual encontra-se há muito defasada, desde a edição da Lei de sua criação.

Oportuno enfatizar que o dispêndio decorrente das medidas tratadas no texto que ora encaminho, encontra-se efetivamente dentro dos limites constitucionais permitidos para custeio com pessoal."

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam ajustadas as tabelas de vencimentos constantes do Anexo I desta lei, a partir de 1º de dezembro de 1994, nos valores nelas expressos.

Art. 2º - Os níveis de vencimentos dos

cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, vigentes em novembro de 1994, ficam reajustados em 7% (sete por cento), na forma do Anexo I desta lei.

Art. 3º - Os níveis de vencimentos do Magistério Público Estadual de 1º e 2º Graus, ficam reajustados em 9% (nove por cento), na forma da Tabela integrante do Anexo I desta lei.

Art. 4º - A remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado fica fixada em R\$ 1.736,39 (hum mil, setecentos e trinta e seis reais e trinta e nove centavos), sendo R\$ 737,96 (setecentos e trinta e sete reais e noventa e seis centavos) de vencimento básico e R\$ 998,43 (novecentos e noventa e oito reais e quarenta e três centavos) de gratificação especial pelo exercício do cargo.

§ 1º - A remuneração de Secretário de Estado não poderá exceder a 20 (vinte) vezes o menor vencimento básico pago aos servidores do Quadro Geral do Estado, para uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º - Para efeito do cálculo do limitador de que trata o art. 1º da Lei nº 10.331, de 09 de junho de 1993, o limite máximo a ser pago ao servidor do Estado, não poderá ultrapassar a remuneração de Secretário, acrescida de 35% (trinta e cinco por cento).

Art. 5º - O soldo dos integrantes da Polícia Militar e o vencimento básico dos cargos de Perito Criminal, Toxicologista, Químico Legal e Médico Legista do Quadro da Polícia Civil, ficam fixados na forma das Tabelas que constituem o Anexo I desta Lei.

Art. 6º - A Gratificação Policial Militar Especial de que trata o art. 89, item 3, da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, com a redação dada pela Lei nº 10.461, de 04 de outubro de 1993, calculados sobre o soldo do respectivo Posto ou Graduação, passa a ter os percentuais abaixo descritos:

- A) Oficiais Superiores.....190%
- B) Demais Postos ou Graduações.... 80%

Art. 7º - O art. 12 da Lei nº 10.068, de 28 de agosto de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a atribuir aos servidores que se ocupem de atividades de ciências, pesquisa

e geração de tecnologia, planejando, elaborando, implementando ou apoiando a execução de projetos ou estudos, visando o desenvolvimento do Estado, uma Gratificação de Incentivo à Pesquisa a ser concedida nos seguintes percentuais:

- 10% para servidores detentores do curso de graduação;
- 30% para os servidores do título de mestrado;
- 50% para servidores detentores do título de doutorado;
- 30% para servidores, técnicos de nível médio, classe H;
- 10% para os demais servidores ligados infraestruturalmente com as atividades citadas no "caput" deste artigo".

Art. 8º - A Gratificação de que trata o artigo 13 da Lei nº 10.068, de 28 de agosto de 1992, fica fixada em R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) a partir de 1º de dezembro de 1994, reajustada na mesma época e no índice geral do funcionalismo.

Art. 9º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica fixado em R\$ 0,96 (noventa e seis centavos de real) e o valor das Pensões Especiais, em R\$ 116,63 (cento e dezesseis reais e sessenta e três centavos).

Art. 10 - Os valores das Gratificações de Gabinete ficam fixados na forma do Anexo I desta lei.

Art. 11 - O valor da Gratificação de produtividade fixa fixado em R\$ 6,95 (seis reais e noventa e cinco centavos).

Art. 12 - O valor da Gratificação de Regência de Classe de que trata o art. 10 da Lei nº 7.099, de 08 de janeiro de 1979, fica fixado em R\$ 1,20 (hum real e vinte centavos):

Art. 13 - Ficam criadas, no Quadro Próprio do Magistério, as classes F6 e G7, com 3.000 (três mil) e 500 (quinhentos) cargos, respectivamente.

Parágrafo Único - A movimentação para as classes acima referidas obedecerá critérios de regulamentação definidos pela Secretaria de Estado da Educação, na forma da Lei Complementar nº 07, de 22 de dezembro de 1976.

Art. 14 - Fica instituída a Gratificação de Permanência, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento básico da classe G7 aos Professores e Especialistas de Educação do Quadro Próprio do Magistério, enquadrado na classe G7, que após completarem o tempo de serviço regulamentar para aposentadoria, permane-

com o exercício das funções específicas do cargo ocupado.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 1994, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

TABELA 1											
FUNÇÃO DE DIRETOR - CARGO DE NÍVEL											
DE 01/01/94											
ANOS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
0	116 63	121 30	126 15	131 19	136 44	141 90	147 57	153 46	159 62	166 08	172 64
1	121 00	125 07	129 35	133 86	138 59	143 55	148 77	153 44	158 36	163 54	168 98
2	125 04	129 00	133 00	137 34	141 94	146 81	151 96	156 48	161 36	166 60	172 10
3	129 36	133 04	136 84	140 88	145 17	149 72	154 54	159 64	164 12	168 98	174 14
4	133 88	137 36	140 96	144 80	148 90	153 27	157 92	162 86	167 18	171 88	176 98
5	138 59	141 94	145 40	149 08	152 99	157 14	161 54	166 20	171 12	176 30	181 74
6	143 55	146 81	150 20	153 82	157 67	161 76	166 10	170 70	175 56	180 68	186 16
7	148 77	151 96	155 30	158 90	162 75	166 86	171 24	175 88	180 78	185 94	191 36
8	153 44	156 48	160 00	163 80	167 89	172 19	176 70	181 52	186 64	191 98	197 54
9	158 36	161 36	164 80	168 60	172 70	177 01	181 54	186 28	191 24	196 52	202 12
10	163 54	166 60	170 00	173 80	177 90	182 21	186 74	191 48	196 44	201 72	207 32
11	168 98	172 10	175 60	179 40	183 50	187 91	192 54	197 38	202 44	207 82	213 52
12	174 10	178 14	182 00	186 20	190 70	195 51	200 54	205 88	211 54	217 52	223 92
13	179 54	183 98	188 00	192 40	197 10	202 01	207 14	212 58	218 34	224 42	230 92
14	185 10	189 54	194 00	198 80	203 90	209 21	214 74	220 48	226 44	232 72	239 32
15	190 80	195 24	199 80	204 80	209 90	215 21	220 74	226 48	232 44	238 72	245 32
16	196 60	201 04	205 60	210 40	215 50	220 81	226 34	232 08	238 04	244 32	250 92
17	202 60	207 04	211 60	216 40	221 50	226 81	232 34	238 08	244 04	250 32	256 92
18	208 80	213 24	217 80	222 80	228 00	233 31	238 84	244 58	250 54	256 92	263 72
19	215 20	219 64	224 20	229 20	234 50	240 01	245 74	251 58	257 64	264 02	270 82
20	221 80	226 24	230 80	235 80	241 10	246 61	252 34	258 18	264 24	270 62	277 42
21	228 60	233 04	237 60	242 60	248 00	253 61	259 34	265 18	271 24	277 62	284 42
22	235 60	240 04	244 60	249 60	255 10	260 81	266 64	272 58	278 74	285 22	291 92
23	242 80	247 24	251 80	256 80	262 30	268 11	274 04	280 18	286 44	292 92	299 72
24	250 20	254 64	259 20	264 20	269 80	275 61	281 64	287 88	294 24	300 82	307 72
25	257 80	262 24	266 80	271 80	277 40	283 31	289 44	295 78	302 34	309 12	316 12
26	265 60	270 04	274 60	279 60	285 20	291 11	297 24	303 58	310 24	317 12	324 32
27	273 60	278 04	282 60	287 60	293 30	299 31	305 64	312 18	318 94	325 92	333 12
28	281 80	286 24	290 80	295 80	301 60	307 71	314 14	320 88	327 84	335 02	342 42
29	290 20	294 64	299 20	304 20	310 00	316 21	322 84	329 68	336 84	344 32	351 92
30	298 80	303 24	307 80	312 80	318 60	325 01	331 74	338 68	345 94	353 52	361 32
31	307 60	312 04	316 60	321 60	327 60	334 21	341 14	348 28	355 64	363 32	371 32
32	316 60	321 04	325 60	330 60	336 80	343 61	350 74	358 08	365 64	373 52	381 72
33	325 80	330 24	334 80	340 00	346 40	353 41	360 74	368 38	376 34	384 72	393 42
34	335 20	339 64	344 20	349 60	356 20	363 51	371 14	379 08	387 24	395 72	404 52
35	344 80	349 24	353 80	359 20	366 00	373 61	381 54	389 88	398 54	407 52	416 92
36	354 60	359 04	363 60	369 20	376 20	384 01	392 14	400 68	409 54	418 92	428 12
37	364 60	369 04	373 60	379 20	386 40	394 61	403 14	411 88	420 94	429 92	439 32
38	374 80	379 24	383 80	389 60	397 00	405 61	414 54	423 68	433 04	442 52	452 32
39	385 20	389 64	394 20	400 00	407 60	416 61	425 94	435 38	445 04	454 92	465 12
40	395 80	400 24	404 80	410 80	418 60	427 91	437 54	447 38	457 54	467 92	478 52
41	406 60	411 04	415 60	421 60	430 00	439 61	449 54	459 68	470 14	480 92	491 92
42	417 60	422 04	426 60	432 80	441 60	451 61	461 94	472 58	483 54	494 92	506 52
43	428 80	433 24	437 80	444 00	453 60	464 01	474 94	486 08	497 54	509 32	521 52
44	440 20	444 64	449 20	456 00	466 40	477 61	489 14	500 98	513 04	525 52	538 32
45	451 80	456 24	460 80	468 00	479 60	491 61	503 54	515 98	528 84	542 02	555 52
46	463 60	468 04	472 60	480 00	492 00	504 61	517 14	530 08	543 54	557 52	571 92
47	475 60	480 04	484 60	492 80	505 60	519 01	532 14	545 88	560 04	574 72	589 32
48	487 80	492 24	496 80	505 20	518 60	532 61	546 34	560 88	575 94	591 52	607 52
49	499 20	503 64	508 20	517 20	531 20	546 01	561 14	576 98	593 04	609 72	626 32
50	510 80	515 24	520 00	529 60	544 00	559 61	575 54	592 08	609 34	627 32	645 92
51	522 60	527 04	531 60	541 60	557 20	573 61	590 34	607 88	626 14	645 32	664 52
52	534 60	539 04	543 60	554 00	570 80	588 01	605 94	624 68	644 24	664 72	685 52
53	546 80	551 24	555 80	567 20	584 40	602 61	621 14	640 58	661 04	682 52	704 32
54	559 20	563 64	568 20	580 00	598 00	617 01	636 74	657 38	679 04	701 92	725 32
55	571 80	576 24	580 80	593 20	612 00	632 01	652 54	674 08	696 84	720 02	744 52
56	584 60	589 04	593 60	607 20	627 20	648 61	670 54	693 68	717 14	741 52	766 92
57	597 60	602 04	606 60	621 20	642 40	665 01	688 14	712 08	736 84	762 52	789 32
58	610 80	615 24	620 00	635 60	658 00	682 01	706 94	732 08	758 44	786 02	814 92
59	624 20	628 64	633 20	649 20	673 20	698 61	724 54	751 68	779 14	807 92	837 32
60	637 80	642 24	647 00	664 00	690 00	717 01	744 94	773 08	802 54	833 52	865 32
61	651 60	656 04	660 60	678 80	706 40	735 61	765 54	796 68	829 14	863 02	897 52
62	665 60	670 04	674 60	694 00	723 20	754 01	785 94	818 08	851 54	886 52	922 32
63	679 80	684 24	688 80	710 00	740 80	773 61	807 54	842 68	879 14	916 02	954 52
64	694 20	698 64	703 20	726 00	758 00	792 01	827 14	863 58	901 54	940 02	979 52
65	708 80	713 24	717 80	742 00	776 40	812 61	850 54	889 68	930 14	971 92	1015 32
66	723 60	728 04	732 60	758 80	800 00	838 61	879 54	921 68	965 14	1010 02	1056 52
67	738 60	743 04	747 60	776 00	819 20	859 61	902 54	946 68	993 14	1041 02	1090 52
68	753 80	758 24	762 80	793 20	840 00	883 61	929 54	976 68	1026 14	1078 02	1131 52
69	769 20	773 64	778 20	810 00	859 20	905 61	954 54	1005 68	1059 14	1115 02	1173 52
70	784 80	789 24	793 80	828 00	880 00	928 61	980 54	1034 68	1091 14	1150 02	1211 52
71	800 60	805 04	809 60	846 00	900 00	950 61	1004 54	1061 68	1121 14	1183 02	1247 52
72	816 60	821 04	825 60	864 00	920 00	972 61	1030 54	1091 68	1155 14	1221 02	1288 52
73	832 80	837 24	841 80	882 00	940 00	995 61	1057 54	1122 68	1191 14	1263 02	1337 52
74	849 20	853 64	858 20	900 00	960 00	1018 61	1084 54	1154 68	1228 14	1303 02	1380 52
75	865 80	870 24	874 80	918 00	980 00	1040 61	1110 54	1184 68	1262 14	1343 02	1426 52
76	882 60	887 04	891 60	936 00	1000 00	1062 61	1136 54	1214 68	1297 14	1383 02	1471 52
77	899 20	903 64	908 20	954 00	1020 00	1084 61	1163 54	1246 68	1334 14	1424 02	1515 52
78	916 80	921 24	925 80	972 00	1040 00	1106 61	1190 54	1278 68	1371 14	1467 02	1564 52
79	934 20	938 64	943 20	990 00	1060 00	1128 61	1217 54	1310 68	1408 14	1505 02	1617 52
80	951 80	956 24	960 80	1008 00	1080 00	1152 61	1246 54	1344 68	1447 14	1554 02	1673 52
81	969 20	973 64	978 20	1026 00	1100 00	1177 61	1276 54	1379 68	1487 14	1603 02	1735 52
82	986 80	991 24	995 80	1044 00	1120 00	1203 61	1307 54	1415 68	1528 14	1653 02	1803 52
83	1004 60	1009 04	1013 60	1062 00	1140 00	1230 61	1334 54	1447 68	1565 14	1683 02	1877 52
84	1022 60	1027 04	1031 60	1080 00	1160 00	1258 61	1367 54	1485 68	1603 14	1721 02	1957 52
85	1040 80	1045 24	1049 80	1100 00	1180 00	1287 61	1402 54	1525 68	1647 14	1769 02	2043 5

TABELA II

QUADRO UNICO DE PESSOAL - ANTIGA SISTEMATICA

VIGENCIA DEZEMBRO DE 1994

NIVEL	VALOR
01	25.47
02	25.98
03	26.49
04	27.02
05	27.57
06	28.12
07	28.68
08	29.25
09	29.84
10	30.43
11	31.04
12	31.66
13	32.30
14	32.94
15	33.60
16	34.27
17	34.96
18	35.66
19	36.37
20	37.10
21	37.84
22	38.60
23	39.37
24	40.16
25	40.96
26	41.78
27	42.62
28	43.47
29	44.34
30	45.22

UNIDADE DE FIMBO DE 1994 TABELA III

CARGOS DA COMISSÃO DO PODER EXECUTIVO

A - CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESORAMENTO DE  
PERIUR - IAS

SÍMBOLO	IAS-1	600 30
	IAS-2	500 71
	IAS-3	300 16
	IAS-4	170 01
	IAS-5	260 24

B - CARGOS EM COMISSÃO

SÍMBOLO	1-C	171 17
	2-C	158 08
	3-C	145 93
	4-C	134 79
	5-C	126 70
	6-C	119 10
	7-C	111 95
	8-C	105 24
	9-C	8 92
	10-C	92 99
	11-C	88 34
	12-C	91 92
	13-C	79 73
	14-C	75 74
	5-C	71 95

C - FUNÇÃO GRATIFICADA

SÍMBOLO	1-F	10 39
	2-F	8 92
	3-F	7 78
	4-F	6 23
	5-F	5 70
	6-F	4 64
	7-F	2 62
	8-F	2 12
	9-F	2 55
	10-F	2 07

VIGENCIA LETRAMENTO DE 1994		TABELA IV									
		QUADRO PROPRIO DO MAGISTERIO									
REFER.	A-1	B-2	C-3	D-4	E-5	F-6	G-7	UKATIF FERNAN	G7 + OF		
1	102 25	117 59	141 11	162 28	186 52	214 51	279 67	39 92	349 58		
2	107 37	123 07	148 16	170 59	195 95	225 34	293 64	73 41	367 05		
3	112 73	129 54	155 57	178 91	205 74	236 61	308 52	77 00	385 46		
4	116 37	136 13	163 05	187 85	216 03	248 44	323 74	80 93	404 67		
5	121 27	142 93	171 52	197 25	226 33	250 86	339 92	84 98	424 90		
6	130 50	150 08	180 09	207 11	238 18	273 90	356 92	89 23	446 15		
7	137 03	157 56	189 10	217 46	250 08	287 60	374 77	93 69	468 46		
8	143 68	165 46	198 55	228 34	262 59	301 98	393 50	98 53	491 08		
9	151 07	173 74	208 48	239 75	275 72	317 08	413 18	103 29	516 47		
10	156 55	182 42	218 91	251 74	289 50	332 93	433 04	108 46	542 30		
11	162 53	191 54	229 85	264 33	303 78	349 58	455 53	113 08	569 41		



VIL 12/94      TABELA V QUADRO UNICO PROJ S/HABIL E PROJ REGIONALISTA		
REFERENCIA	S/HABILIT	REGIONAL
1	102.25	102.25
2	107.37	107.37
3	112.73	112.73
4	118.37	118.37
5	124.29	124.29
6	130.50	130.50
7	137.03	137.03
8	143.88	143.88
9	151.07	151.07
10	158.63	158.63
11	166.56	166.56

VIAGEM DE FIM DE 1994  
COMISSÃO ALTERNATIVA

TABELA VI

INSTITUTO DE SAÚDE DO PARANÁ

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	116 43	123 80	131 40	139 07	146 07	157 14	166 79	177 04	187 91	199 46	211 71
B	132 87	141 03	149 70	158 89	168 65	179 02	190 01	201 67	214 08	227 23	241 19
C	151 38	160 66	170 55	181 03	192 15	203 95	216 48	229 78	243 90	258 88	274 79
D	172 46	183 05	194 30	206 24	218 91	232 36	246 63	261 76	277 86	294 93	313 05
E	196 48	208 55	221 36	234 96	249 40	264 72	280 98	298 24	316 56	336 01	356 65
F	223 84	237 59	252 19	267 68	284 12	301 58	320 11	339 77	360 65	382 80	406 32
G	261 75	276 93	293 95	312 27	331 37	351 80	372 15	394 05	417 21	441 39	466 44
H	281 31	298 44	316 21	334 95	354 03	374 85	396 86	419 54	443 40	467 01	491 08
I	286 88	306 96	328 07	349 63	372 69	397 90	424 57	452 02	480 60	510 61	541 73
J	261 75	283 93	308 95	335 27	363 37	392 80	423 15	454 05	485 21	517 39	550 44

TABELA VI (continuação) DE REPRESENTAÇÃO

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7
A	1 607 42	936 81	860 83	794 63	734 21	678 38	626 79
B	583 71	465 41	430 81	397 32	367 10	339 19	313 40

CLASSE	8	9	10	11	12	13	14	15
A	579 13	535 09	494 40	456 81	422 07	389 98	360 32	332 92
B	289 54	267 55	247 20	228 40	211 04	194 99	180 16	166 46

VIGENCIA DEZEMBRO DE 1994 TABELA VII

## QUADRO UNICO - PROFESSORES ENQUADRADOS

LP - LICENCIATURA PLENA - 22 HORAS	195 46
LP - LICENCIATURA PLENA - 15 HORAS	133 27
LP - LICENCIATURA PLENA - 10 HORAS	80 04
LC - LICENCIATURA CURTA - 22 HORAS	147 79
LC - LICENCIATURA CURTA - 15 HORAS	100 77
LC - LICENCIATURA CURTA - 10 HORAS	67 18
NL - NAO LICENCIADO - 22 HORAS	123 16
NL - NAO LICENCIADO - 15 HORAS	83 97
NL - NAO LICENCIADO - 10 HORAS	55 90

PROFESSORES CELETISIAS  
VIGENCIA DEZEMBRO DE 1994

TABELA VIII

ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	VALOR DA HORA/AULA
REGENTE DE 3a / 4a E 2o GRAU	LICENCIATURA PLENA	2.29
	LICENCIATURA CURTA	1.73
	NAO LICENCIADO	1.44
ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	SALARIO
REGENTE DE CLASSE 1a / 4a	MAGISTERIO DE 2o GRAU	112 73

TABELA II  
SALÁRIOS DO PESSOAL DOCENTE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CLASSIFICAÇÃO DO CARGO	TIME	1-40 COM TIME	REGIME 1-40	REGIME 1-34(1)	REGIME 1-28(2)	REGIME 1-24	REGIME 1-20	REGIME 1-12	REGIME 1-10	REGIME 1-09
PROF. ASSISTENTE N 1	247,50	697,66	450,11	382,59	315,07	270,06	225,05	135,03	112,53	101,27
PROF. ASSISTENTE N 2	254,99	718,59	463,61	394,07	324,53	278,17	231,80	139,08	115,90	104,31
PROF. ASSISTENTE N 3	262,43	740,15	477,52	405,89	334,26	286,51	238,76	143,26	119,36	107,44
PROF. ASSISTENTE N 4	270,51	762,36	491,84	418,07	344,29	295,11	245,92	147,55	122,96	110,66
PROF. ASSISTENTE N 1	325,06	918,34	592,47	503,60	414,73	355,48	296,24	177,74	148,12	133,31
PROF. ASSISTENTE N 2	335,44	945,89	610,25	518,71	427,17	366,15	305,12	183,07	152,56	137,31
PROF. ASSISTENTE N 3	345,71	974,26	628,56	534,27	439,99	377,13	314,28	188,57	157,14	141,43
PROF. ASSISTENTE N 4	356,08	1.003,49	647,41	550,30	453,19	388,45	323,71	194,22	161,85	145,67
PROF. ALUMNO N 1	379,22	1.068,72	689,49	586,07	482,65	413,70	344,75	206,85	172,37	155,14
PROF. ALUMNO N 2	390,60	1.100,78	710,18	603,65	497,13	426,11	355,09	213,05	177,54	159,79
PROF. ALUMNO N 3	402,32	1.133,80	731,48	621,76	512,04	438,89	365,74	219,45	182,87	164,58
PROF. ALUMNO N 4	414,39	1.167,82	753,43	640,41	527,40	452,04	376,71	226,03	188,36	169,54
PROF. ALUMNO N 1	443,39	1.249,56	806,17	685,24	564,32	463,70	403,08	241,65	201,54	181,39
PROF. ALUMNO N 2	456,49	1.287,05	830,35	705,80	581,25	498,21	415,18	249,11	207,59	186,83
PROF. ALUMNO N 3	470,40	1.325,66	855,27	726,98	598,69	513,16	427,63	256,38	213,82	192,43
PROF. ALUMNO N 4	484,51	1.365,44	880,92	748,78	616,65	528,55	440,46	264,28	220,23	198,21

SUGERENCIA DEZEMBRO DE 1994

TABELA X

CONTABILIDADE DA RECEITA DO ESTADO

## A - CARGOS EFETIVOS

	CL	I	II	III	IV
AGENTE FISCAL 1	C	396.52	400.61	404.69	408.78
AGENTE FISCAL 1	B	300.17	384.26	388.34	392.43
AGENTE FISCAL 1	A	303.82	367.90	371.99	376.08
AGENTE FISCAL 2	C	347.47	351.55	355.64	359.73
AGENTE FISCAL 2	B	331.11	335.20	339.29	343.38
AGENTE FISCAL 2	A	314.76	316.85	322.94	327.03
AGENTE FISCAL 3	C	268.57	272.25	275.93	279.61
AGENTE FISCAL 3	B	253.86	257.54	261.22	264.89
AGENTE FISCAL 3	A	239.15	242.82	246.50	250.18
AGENTE FISCAL 4	D	169.80			
AGENTE FISCAL 4	C	157.91			
AGENTE FISCAL 4	B	136.85			
AGENTE FISCAL 4	A	111.19			

## B - CARGOS EM COMISSAO

	CL	R\$
DIRETOR	A	510.99
INSP. GERAL TRIB.	B	480.33
INSP. GERAL ARRE.	B	480.33
INSP. GERAL FISC.	B	480.33
CHEFE DE ASSESSO.	B	480.33
CONSULTOR TECNICO	C	454.78
ASSISTENTE TECNICO	C	454.78
DEP. REGIONAL DE	C	454.78
AUXILIAR TECNICO	D	439.45

TABELA XI											
VIGENCIA DEZEMBRO DE 1994			PILARES								
CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	682 48	713 46	734 86	756 90	779 41	803 04	827 09	851 90	877 46	903 78	930 90
B	612 99	631 38	650 32	669 83	689 92	710 42	731 94	753 90	776 51	799 81	823 80
C	542 00	558 74	575 58	592 77	610 44	628 87	647 73	667 16	687 18	707 80	729 03
D	488 66	494 46	500 29	504 57	508 31	516 52	523 22	530 41	538 12	546 37	555 16
E	437 00	439 94	442 84	445 12	447 81	450 96	454 42	458 37	462 77	467 64	472 97

CLASSE	VALOR DE INGRESSO/VALOR AJUSTADO	VALOR DE PAGA/VALOR AJUSTADO
A, B e C	9,00	13,00
D	4,54	9,16

TABELA XII

QUANTO DE ADVOGADOS - 40 HORAS

VIGENCIA DEZEMBRO DE 1994

ADVOGADO DE PRIMEIRA CLASSE	1.296 17
ADVOGADO DE SEGUNDA CLASSE	1.231 36
ADVOGADO DE TERCEIRA CLASSE	1.169 79
ADVOGADO DE QUARTA CLASSE	1.111 30
ADVOGADO DE QUINTA CLASSE	1.055 74

TABELA III											
TABELA SALARIAL DO BAILEY ITAINGUA											
CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	243,35	377,00	393,00	400,72	425,06	442,07	459,75	478,14	497,27	517,16	537,84
B	421,40	438,34	455,00	474,11	493,07	512,00	530,31	554,44	576,80	599,90	623,90
C	600,02	500,40	520,02	540,97	571,97	594,05	618,64	643,30	669,12	695,00	723,72

TABELA DE PROFESSORES E PLANEJISTAS - VALOR MÍNIMO ANUAL

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PLANEJISTAS	2,26	2,38	2,40	2,62	2,75	2,89	3,03	3,18	3,34	3,51	3,68
PROF. 200	2,03	2,97	3,12	3,28	3,44	3,61	3,79	3,98	4,18	4,39	4,61

TABELA DEZEMBRO DE 1994		TABELA IV										
TABELA SALARIAL DA COMISSÃO SUPERIOR DO PESSOAL												
CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	
A	243,35	377,00	393,00	400,72	425,06	442,07	459,75	478,14	497,27	517,16	537,84	
B	600,02	500,40	520,02	540,97	571,97	594,05	618,64	643,30	669,12	695,00	723,72	

VIGENCIA DEZEMBRO DE 1994

TABELA XV

QUADRO DA POLICIA CIVIL - PERITOS

C A R G O S	VENCIMENTOS			
	1ª CLASSE	2ª CLASSE	3ª CLASSE	4ª CLASSE
MEDICO LEGISTA	572.93	530.48	491.18	454.79
PERITO CRIMINAL	572.93	530.48	491.18	454.79
QUIMICO LEGAL	572.93	530.48	491.18	454.79
TOXICOLOGISTA	572.93	530.48	491.18	454.79

TABELA XVI

VIGENCIA DEZEMBRO DE 1994

QUADRO DA POLICIA CIVIL

C A R G O S	VENCIMENTOS				
	1ª CLASSE	2ª CLASSE	3ª CLASSE	4ª CLASSE	5ª CLASSE
ESCRIVAO DE POLICIA	224.10	207.50	192.13	177.90	-
INVESTIGADOR DE POLICIA					161.7
DACTILOSCOPISTA	165.30	157.43	149.94	142.80	-
TECNICO TELEC. POLICIAL					
TECNICO MANUT. POLICIAL	137.75	131.19	124.94	119.00	-
OPERADOR TELEC. POLICIAL	123.65	117.76	112.15	106.81	-
IDENTIF. DACTILOSCOP.					
AUXILIAR MANUT. POLICIAL					
AUXILIAR DE NECROPSIA					
PERITO POLICIAL	206.85				
COMISSARIO	224.10				



VIGENCIA DEZEMBRO DE 1994

TABELA XVII  
QUADRO DA POLICIA MILITAR

## FUNCAO DE NIVEL DE APERFEIÇOAMENTO SUPERIOR

POSTO/GRADUACAO	S O L D O
CORONEL	572.03
TENENTE-CORONEL	522.27
MAJOR	498.81

## FUNCAO DE NIVEL SUPERIOR

CAPITAO	457.65
1o. TENENTE	431.64
2o. TENENTE	399.66
ASF. A OFICIAL	304.32

## FUNCAO DE NIVEL ACADEMICO

ALUNO DE 3o. ANO	177.69
ALUNO DE 2o. ANO	157.25
ALUNO DE 1o. ANO	148.37

## FUNCAO DE NIVEL TECNICO

SUBTENENTE	180.73
1o. SARGENTO	171.69
2o. SARGENTO	167.34
3o. SARGENTO	158.00

## FUNCAO DE NIVEL MEDIO

CABO	149.25
SOLDADO 1a. CLASSE	144.39
SOLDADO 2a. CLASSE	119.13

TABELA XVIII

TABELA DE PROCURADOR DO ESTADO  
VIGENCIA DEZEMBRO DE 1994

CARGO	R\$
PROCURADOR DE 1A CLASSE	1.296.17
PROCURADOR DE 2A CLASSE	1.231.36
PROCURADOR DE 3A CLASSE	1.169.79
PROCURADOR DE 4A CLASSE	1.111.30
PROCURADOR DE 5A CLASSE	1.055.74

TABELA XIX

TABELA DE DELEGADO DE POLICIA  
VIGENCIA DEZEMBRO DE 1994

CARGO	R\$
DELEGADO DE 1A CLASSE	1.231.36
DELEGADO DE 2A CLASSE	1.169.79
DELEGADO DE 3A CLASSE	1.111.30
DELEGADO DE 4A CLASSE	1.055.74

MENSAGEM Nº 146/94

Curitiba, 21.11.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei complementar que objetiva o enquadramento de professores da Secretaria de Estado da Educação, no Quadro Próprio do Magistério e no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, conforme especifica.

O plano de lei complementar ora encaminhado a essa Colenda Casa é decorrente de proposta a mim dirigida pelo Senhor Secretário de Estado da Administração, através do Ofício nº 1063/94, cujo teor, para melhor compreensão do assunto, vai adiante transcrito:

"Por iniciativa das Secretarias de Estado da Administração e da Educação, em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado, venho apresentar-lhe minuta de Lei Complementar, tratando do enquadramento de professores da Secretaria de Estado da Educação, no Quadro Próprio do Magistério e no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo.

Soluciona-se com tal medida, situação peculiar de ditos professores, que contratados sem regime celetista, como hora aula, i.e, com carga horária que não é fixa, gerando assim indefinição no que diz respeito à carga horária dos empregos, transformados em cargos públicos pela Lei nº 10.219/92.

A questão mais grave que envolve o fato é que citados professores - hoje estatutários -, ao requererem o benefício da aposentadoria, viam-na obstada por não haver definição de carga horária para o cálculo dos proventos a serem implantados quando da concessão do referido benefício.

Unifica-se, portanto, com a presente proposta, os quadros funcionais que albergam o Magistério Estadual, solucionando definitivamente anseios da classe, sem contudo gerar ônus adicional aos cofres públicos."

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º - Os professores do Magistério Público Estadual de 1.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> séries do 1º Grau, com Habilitação, amparados pela Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992, e os professores pertencentes ao Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo com Habili-

tação, serão enquadrados no Quadro Próprio do Magistério, de que trata a Lei Complementar nº 07, de 22 de dezembro de 1976, na forma abaixo:

I - Os professores de 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> séries do 1º Grau, portadores de Habilitação específica de 2º Grau em Magistério, serão enquadrados no cargo de professor de 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> do 1º Grau e terão vencimentos equivalentes à referência 7 do nível de vencimento 1, da série de Classe A;

II - Os professores de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> séries do 1º Grau e séries do 2º Grau, portadores de Licenciatura Curta, serão enquadrados no cargo de professor de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> séries do 1º Grau e terão vencimentos equivalentes à referência 7 do nível 3, da série de Classe C;

III - Os professores de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> séries do 1º Grau e séries do 2º Grau, portadores de Licenciatura Plena, terão vencimentos equivalentes à referência 9 do nível de vencimento 4, da série de Classe D e serão enquadrados no cargo de professor de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> séries do 1º Grau (MPP-103) ou professor de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> séries do 1º Grau e séries do 2º Grau (Código MPP-104), conforme a Habilitação a que corresponda sua disciplina de opção.

Art. 2º - Os professores de 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> séries do 1º Grau, amparados pela Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992, sem habilitação específica de 2º Grau em Magistério, serão enquadrados no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, na Tabela de Professor Regionalista, com vencimentos equivalentes à referência 7, e seus cargos serão extintos ao vagar.

Art. 3º - Os professores de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> séries do 1º Grau e séries do 2º Grau, amparados pela Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992, não licenciados, ou seja, sem Habilitação para o exercício do Magistério, serão enquadrados no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, na Tabela de Professor Enquadrado, nos limites de 10, 15 e 22 aulas semanais, conforme sua carga horária atual, e seus cargos serão extintos ao vagar.

Parágrafo Único - Para fins de enquadramento, considera-se carga horária de 10 aulas semanais para os professores que, na forma deste artigo, tenham asseguradas até 10 aulas semanais; de 15 aulas semanais, aos que tenham asseguradas mais de 10, até 15 aulas e, de 22 aulas semanais, aos que tenham asseguradas mais de 15 aulas semanais.

Art. 4º - Os cargos públicos de professor decorrentes da transformação procedida pela Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992, passarão a pertencer ao Quadro

Próprio do Magistério e Único de Pessoal do Poder Executivo.

Parágrafo Único - Esta transformação ocorrerá na quantidade necessária ao enquadramento previsto nesta lei, sendo extintos os remanescentes.

Art. 5º - Os professores beneficiados pelos artigos 2º e 3º, e todos os demais pertencentes ao Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo poderão requerer ao GRHS/SEED, mediante comprovação de habilitação, o enquadramento no Quadro Próprio do Magistério, cujos efeitos financeiros terão vigência a partir da data da publicação do ato de enquadramento.

Parágrafo Único - Para dar cumprimento ao "caput" deste artigo, o cargo do professor beneficiado ficará transformado em cargo do Quadro Próprio do Magistério.

Art. 6º - Os professores beneficiados pelo art. 1º desta lei, e os que vierem a beneficiar-se do art. 5º, permanecerão na referência de enquadramento pelo período de 2 anos, não se aplicando aos mesmos o disposto no art. 2º, da Lei Complementar nº 13, de 23 de dezembro de 1981.

Art. 7º - O professor amparado pela Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992, e o professor pertencente ao Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo poderá, no prazo de 60 dias, a contar da publicação desta lei, optar pelo não ingresso no Quadro Próprio Único do Magistério, ficando, conseqüentemente, enquadrado no Quadro Único de Pessoal, mediante requerimento dirigido ao GRHS/SEED, nos limites de 10, 15 e 22 aulas semanais, conforme sua carga horária atual.

§ 1º - Aos professores que optarem pelo não ingresso no Quadro Próprio do Magistério não se aplica o disposto no art. 5º.

§ 2º - O acerto financeiro da opção prevista no "caput" deste artigo, será efetuado no mês imediatamente subsequente ao requerimento, mediante o desconto em folha do valor que lhe houver sido pago a maior em virtude do enquadramento automático.

§ 3º - Para fins de enquadramento considera-se carga horária de 10 aulas semanais para os professores que, na forma deste artigo, tenham asseguradas até 10 aulas semanais; de 15 aulas semanais aos que tenham asseguradas mais de 10 até 15 aulas; e de 22 aulas semanais, aos que tenham asseguradas mais de 15 aulas semanais.

Art. 8º - O enquadramento previsto nesta lei, dá cumprimento à Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992, sem contudo al-

terar as condições de estabilidade que se rege pela Constituição Federal.

Art. 9º - O enquadramento previsto nesta lei atende à irredutibilidade de remuneração, incorporando o valor do repouso semanal remunerado.

Art. 10 - As interrupções de Contrato de Trabalho inferiores a 90 dias, serão consideradas como inexistentes, única e exclusivamente para o enquadramento na presente lei, não gerando direito de qualquer outra espécie, inclusive indenizações para outros efeitos.

Art. 11 - O disposto nesta lei não convalida a nulidade de qualquer ato administrativo.

Art. 12 - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofício:

OFÍCIO Nº 034/94 - INT-GP-SS

Curitiba, 16.11.94

Com o presente, solicitamos de Vossa Excelência, determinar o setor competente, a marcação do dia 29 de janeiro de 1995, para a entrega do TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ, ao Padre JOAQUIM RAIMUNDO BRAZ, cuja programação será a seguinte: 19:00 horas - Missa; 20:00 horas - Entrega do Título.

A pedido do homenageado, o local para a entrega do Título será no Ginásio do SESC, à Rua Bandeirantes, s/n - Centro - CEP: 83260-000 - Tel. 452-1295 - Matinhos - PR, que deverá ser solicitado por esta Presidência, para servir como sede do Poder Legislativo.

Agradecendo a atenção de Vossa Excelência, na oportunidade apresentamos os nossos protestos de estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 21.11.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2531

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, com fundamento no art. 177, inciso IV, do Regimento Interno, preferência para discussão e votação, da Proposição nº 179/94, 28º da Pauta, que está há vários meses em regime de urgência.

Sala das Sessões, em 21.11.94.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO Nº 2510

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 104/94, que regulamenta, nos termos dos artigos 23, II e 24, XII da Constituição Federal, o artigo 53, incisos XVI e XVII da Constituição Estadual, dispondo sobre ressarcimento de despesas ao Sistema Único de Saúde pelas empresas seguradoras, toda vez que o SUS atender segurado ou seu beneficiário.

Sala das Sessões, em 21.11.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 2518

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 296/94, que acresce § 3º, ao art. 3º, da Lei nº 8.935, de 08.03.89 (referente ao abastecimento de água), de autoria do Deputado Anibal Khury.

Sala das Sessões, em 21.11.94.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 2526

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 262/94, que proíbe a instalação de novas empresas que visam a utilização de jateamento de areia na limpeza, reparo e construção de seus produtos ou objetos e determina prazo para mudança tecnológica das que utilizam este procedimento.

Sala das Sessões, em 21.11.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 2527

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 230/94, que dispõe sobre o direito de dispensa da servidora pública estadual, durante a jornada laboral para amamentação do seu filho.

Sala das Sessões, em 21.11.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 2528

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 132/94, que autoriza o Poder Executivo a regulamentar a transferência do servidor público do Instituto de Saúde do

Estado do Paraná para outras instituições públicas.

Sala das Sessões, em 21.11.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 2507

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária os Projetos de Resolução nºs 024, 025, 026, 027, 029, 030, 031, 033, 034, 035, 037, 038, 040, 042, 043, 044, 045/94, e que os mesmos sejam remetidos a Procuradoria Geral do Estado.

Sala das Sessões, em 21.11.94.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoio: Erondy Silvério

REQUERIMENTO Nº 2530

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 337/94 por 04 (quatro) sessões, para aprofundamento das discussões com as classes envolvidas.

Sala das Sessões, em 21.11.94.

(aa) EMÍLIA BELINATI

PAULO MAIA

REQUERIMENTO Nº 2519

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 21.11.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2512

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, autor do Projeto de Lei nº 282/94 que declara de Utilidade Pública a APAE de Si-queira Campos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do supramencionado projeto de lei.

Sala das Sessões, em 21.11.94.

(a) ARLINDO TROIAN

REQUERIMENTO Nº 2511

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que

seja consignado nos Anais desta Casa, voto de pesar pelo falecimento da jovem Solange Roberta Rossi, ocorrido no dia 20 de novembro de 1994, na Cidade de Ouro Verde do Oeste, Estado do Paraná. Rua Rio de Janeiro, 306 - CEP 85.921-000.

Sala das Sessões, em 21.11.94.

(a) DUÍLIO GENARI

**JUSTIFICATIVA:**

Lamentavelmente um grave acidente ceifa a vida de uma jovem com apenas 12 anos de vida. Toda a população consternada chora a perda prematura da jovem Solange Roberta, que irradiava alegria e um forte calor humano junto a todos com quem convivia.

Filha do casal José Maria Rossi e Marlene Datsche Rossi, família tradicional e pioneira de Ouro Verde do Oeste, que há mais de 20 anos participa assiduamente das ações sociais, religiosas e comunitárias no município.

A Assembléia Legislativa de nosso Estado se associa à dor da família enlutada e da população de Ouro Verde do Oeste, transmitindo suas condolências para os pais, parentes e amigos.

**REQUERIMENTO Nº 2515**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de "votos de pesar" pelo falecimento do empresário Lydio Bettega, ocorrido no Rio de Janeiro no último dia 18.

O extinto era Presidente de Honra da Federação das Indústrias do Paraná e foi presidente da FIEP por dez anos, entre 1958 e 1968, tendo como principal obra de sua gestão a construção da sede própria, atualmente batizada com seu nome. Industrial do setor madeireiro, Lydio Bettega, teve atuação na direção também do SESI e do SENAI. Como na atividade comunitária, onde participou no Lions Clube Internacional.

Pelo exemplo de vida que deixa, é Lydio Bettega merecedor dos votos de pesar deste Legislativo e do agradecimento pelo que fez em prol de uma sociedade mais humana, solidária e desenvolvida.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento à família enlutada e à Federação das Indústrias do Paraná (Av. Cândido de Abreu, 200).

Sala das Sessões, em 21.11.94.

(a) ALGACI TÚLIO

**REQUERIMENTO Nº 2522**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de profundo pesar pelo falecimento prematuro do jovem Gustavo Souza Guerra, ocorrido dia 20 último, num acidente automobilístico no km 73 da BR-369, trecho entre Cornélio Procópio e Santa Mariana - norte do Estado.

Outrossim, após aprovação deste, requeiro seja dada ciência à família enlutada, com minhas sinceras condolências, na pessoa do seu pai o Dr. Ilton Guerra, residente à rua Dino Veiga, 555, Município de Bandeirantes-PR, CEP: 83.360-000.

Sala das Sessões, em 21.11.94

(a) JOSÉ TAVARES

**REQUERIMENTO Nº 2523**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Sr. Edson Carlos Sirigate, ocorrido dia 05 de novembro.

O Sr. Edson era uma pessoa de muitas amizades e que com sua morte deixou amigos e parentes enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Visconde do Rio Branco, 111, Jardim Europa, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 21.11.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

**REQUERIMENTO Nº 2524**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de pesar pelo falecimento da Sra. Otília Martinkoski.

A Sra. Otília, era uma pessoa de muitas amizades e que deixou, com seu passamento, amigos e parentes de luto.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada à família enlutada, à Rua Bittencourt Sampaio, 239, Bairro Nova Rússia, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 21.11.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

**REQUERIMENTO Nº 2505**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, votos de louvor e congratulações ao Exmo. Sr. Governador do Estado Dr. Mário Pereira, pela imediata resposta no que concerne à urgência nos investimentos públicos na recuperação da Praia Central de Matinhos, bem como investimentos no sistema de dragagem e, ainda na viabilização das obras do contorno rodoviário daquele Município, propi-

ciando melhoria de condições de vida não apenas aos munícipes como também às dezenas de milhares de paranaenses que a todo ano têm naquele tradicional balneário a sua principal referência de lazer e descontração.

Sala das Sessões, em 21.11.94

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

Somente com a sensibilidade e o desempenho do Exmo. Sr. Governador do Estado Dr. Mário Pereira, se configurou a possibilidade imediata de liberação de recursos superiores a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), para investimentos em obras prioritárias no Município de Matinhos. As obras de recuperação da calçada e da dragagem da Praia Central de Matinhos começam já nesta quarta-feira, dia 23, num valor de R\$ 770.000,00 (setecentos e setenta mil reais), (calçada R\$ 120.000,00 e dragagem R\$ 650.000,00). Além de mais investimentos nas obras do Contorno, cuja licitação já está em andamento, com custos superiores a R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais).

Com esta iniciativa do Exmo. Sr. Governador do Estado Dr. Mário Pereira, juntamente com a Superintendência do Controle de Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, se vislumbra uma perspectiva mais animadora para o Município de Matinhos, uma vez que do ponto de vista turístico é ali um ponto de encontro tradicional nas temporadas da grande maioria dos paranaenses. Por outro lado, é com a movimentação do turismo que Matinhos faz sua receita fiscal durante os três meses de temporada. E, quanto aos munícipes, além do orgulho de ver as suas praias reconstruídas, também tem nas obras do Contorno uma maior segurança porque atualmente o trecho em questão não tem encostamento provocando constante risco àquela população.

#### REQUERIMENTO Nº 2516

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de congratulações com a Empresária Maria Cristina de Andrade Vieira, que receberá na próxima terça-feira o diploma de "Empresária de Marketing do Paraná-94".

A Empresária é a terceira mulher no País a receber a homenagem da revista Marketing, graças a sua atuação destacada como Diretora Executiva da Associação Cultural Avelino Vieira, do BAMERINDUS, como na Presidência da Associação Comercial do Paraná, cargo que ocupou até agosto último.

Maria Cristina de Andrade Vieira vem se destacando como empresária no cenário

estadual e nacional, destacando-se entre outras ações promovidas pela mesma, o projeto natalino do Palácio Avenida, sede curitibana do Banco BAMERINDUS. Ações que, sem dúvida a fazem merecedora dessa homenagem e das congratulações desta Casa.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento a homenageada, Maria Cristina de Andrade Vieira, à revista "Marketing" e à Associação Cultural Avelino Vieira - BAMERINDUS.

Sala das Sessões, em 21.11.94

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO Nº 2517

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe conferem o Regimento Geral desta Casa, vem REQUERER, após ouvido o douto Plenário, que seja constado nos Anais desta Assembléia Legislativa do Paraná, um voto de aplauso e congratulações à Editora Olimpo, sito à Avenida Cândido de Abreu, nº 427, conjunto 1.510, Centro Cívico, CEP: 80.530-903, n/Capital, pelo lançamento do Guia Curitiba Cultural, com edição mensal.

Sala das Sessões, em 21.11.94

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

O Guia Curitiba Cultural, apresenta mensalmente e gratuitamente, um roteiro sobre Literatura, Música, Cinema, Teatro, Cursos, Eventos e Lançamentos, Dança, Esporte, Artes Visuais, além de entrevistas e Artigos interessantes para nortear não só o turista que vem conhecer a Capital do nosso Estado, como também os moradores de Curitiba, que sentiam a necessidade de um Guia com tantas ofertas dessa natureza. Fica provado que as iniciativas dessa natureza são sempre reconhecidas pela comunidade. Como parlamentar, jamais poderia deixar sem registro um lançamento dessa natureza e com tamanha utilidade.

#### REQUERIMENTO Nº 2529

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, inserção em Ata, de voto de congratulações e aplausos ao Hospital de Clínicas, mais especificamente ao Dr. Ricardo Pasquini e sua equipe, pelo aniversário de 15 (quinze) anos do primeiro transplante de medula óssea no País.

Outrossim, gostaria de salientar que depois deste feito, foram realizadas no Paraná, pela mesma equipe, mais de 700 (setecentos) transplantes, e portanto, venho pedir que, do presente, seja cientificado o Exmo. Sr. Reitor da UFPR, o Sr. Secretário de Estado da Saúde e o Dr. Pas-

quini.

Sala das Sessões, em 21.11.94

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem o objetivo de louvar os trabalhos desenvolvidos pelo médico e professor Ricardo Pasquini e sua equipe, e parabenizá-los pelos 15 (quinze) anos da realização do primeiro transplante de medula óssea no Brasil, ocorrido em nosso Estado, que com grande determinação e capacidade tem melhorado, em muito, a saúde no País.

Sua determinação é oriunda da boa formação técnica, profissional e científica com que são formados os médicos da nossa querida e tradicional Faculdade de Medicina da UFPR.

REQUERIMENTO Nº 2513

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Douto e Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Olivir Gabardo, Secretário da Educação, solicitando a criação e instalação do NAES-Núcleo Avançado de Estudos Supletivos, a nível de segundo grau, no município de Pinhão.

A presente solicitação se deve ao fato de o município de Pinhão já contar com o NAES, a nível de 1º grau, e a criação do 2º grau dá uma sequência lógica e necessária do ensino, e os estudantes terão a devida opção para o prosseguimento de seus estudos na própria comunidade.

Sala das Sessões, em 21.11.94

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2520

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de resolver o problema que vem ocorrendo na Rua Belo Horizonte - Jardim Monza, referente as manilhas. Os moradores pedem que essa Municipalidade retire e desentupa as manilhas que estão nas valetas da citada rua, uma vez que essas valetas são muito rasas e ocorre entupimento e conseqüentemente há alagamento por falta de caimento. O problema vem se agravando a cada dia, motivo este que levou os moradores a solicitarem urgência no atendimento do presente pedido.

Sala das Sessões, em 21.11.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2521

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente,

usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de proceder estudos visando a reabertura do Módulo Policial situado no final da Rua Alfredo Gomes Cordeiro - Rio Verde - Colombo, tendo em vista que o mesmo foi desativado e virou moradia. O pedido está sendo feito pelos moradores das proximidades, afirmado que o bairro está desprovido de policiamento e ocorrem assaltos e roubos com frequência. Pedem que a presente solicitação seja atendida, pois toda a população encontra-se muito apreensiva.

Sala das Sessões, em 21.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2525

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de providências ao Exmo. Sr. Rafael Valdomiro Greca de Macedo, digno Prefeito Municipal de Curitiba, solicitando que tome providências visando fazer uma ampla reforma na Escola Municipal Foz do Iguaçu, no Bairro Santa Felicidade.

Sala das Sessões, em 21.11.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Em recente visita àquela Escola constatee a deterioração de pintura e do prédio, com infiltração de água em várias salas, inclusive impossibilitando a permanência de alunos.

REQUERIMENTO Nº 2506

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM envio de mensagem ao Senhor Normam de Arruda Filho, Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal no Paraná, solicitando informações sobre o pagamento dos trabalhadores que executam os serviços de entrada (digitação) de dados da CEF no Paraná (em Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel, Umuarama, Pato Branco e Guarapuava), contratados através da Companhia Internacional de Tecnologia, que não receberam, até a presente data, os salários referentes aos dias trabalhados em outubro. Questionamos os reais motivos do atraso deste pagamento.

Sala das Sessões, em 21.11.94.

(aa) DR. ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento se justifica pelo fato de os trabalhadores, além de não re-



ceberem seus salários do mês de outubro, não obtêm informações de quem é a responsabilidade do devido atraso.

Os trabalhadores, que são aproximadamente oitocentos, alegam que além de terem seus salários reduzidos e não pagos, os digitadores são obrigados, pelas chefias da CEF, a cumprir jornadas de trabalho sem intervalos para descanso e uma quantidade insuportável de horas extras, o que contraria a NR 17 (Portaria MTPS nº 3751, de 23.11.90), que determina que, na entrada de dados (digitação, operação de micro, etc) uma jornada máxima de 06 horas diárias, sendo 05 horas de trabalho efetivo e uma hora de descanso - ou 10 minutos de descanso para cada 50 minutos trabalhados.

A nossa preocupação é que na tentativa de diminuir os gastos públicos, acaba prejudicando os trabalhadores e os serviços prestados pela Caixa Econômica Federal no Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2508

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva, a degravação e transcrição nos anais, do contido na fita cassete em anexo, referente a entrevistas do Governador do Estado, Mário Pereira, concedida à imprensa do Paraná e, do ex-governador Roberto Requião, concedida à Rádio Clube Paranaense. As duas entrevistas contêm sérias denúncias e acusações envolvendo o dinheiro público e comprometendo instituições do Estado.

O papel fiscalizador, do representante do povo na Assembléia Legislativa do Estado, exige que este Poder tome conhecimento de qualquer ato, lesivo ou abusivo, aos bens comuns do povo. E ainda, que responsabilize os responsáveis. Todavia, há esta Casa que fundamentar-se em documentos e provas, para que não incorra em injustiça a quem quer que seja. Daí a necessidade do Legislativo buscar subsídios, como o presente, para poder fazer, com isenção e justiça, o seu julgamento.

Sala das Sessões, em 21.11.94.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO Nº 2509

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva da Assembléia, a inserção nos Anais da Casa, de matéria publicada no jornal "Indústria & Comércio", no caderno "Política" - edição de 18 a 20.11.94 BL-B3-B4, referentes aos trabalhos conclusivos da Comissão de Sindicância - Resolução nº 718/99-CC, da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná. (Em anexo).

Na realidade, a matéria do Indústria & Comércio é a transcrição do Relatório oficial da Comissão de Sindicância, contendo depoimentos e conclusões da mesma na apuração de possíveis irregularidades "que segundo denúncias, teriam ocorrido no âmbito da Sub-Chefia para Assuntos Especiais da Casa Civil do Governo." Além de cópia dos documentos anexados.

É dever constitucional desta Casa, a fiscalização dos atos praticados pelo Poder Executivo, o que justifica a necessidade de que um documento de tanta relevância, como o presente, seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado.

Sala das Sessões, em 21.11.94.

(a) ALGACI TÚLIO

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 384/94

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Municípios do Norte Pioneiro Santo Antonio da Platina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.11.94.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Municípios do Norte Pioneiro - Santo Antonio da Platina, desde a sua fundação, vem cumprindo fielmente os objetivos que motivaram a sua criação, dentre os quais, destaca-se a ampliação e o fortalecimento da capacidade administrativa, econômica e social dos Municípios, aos quais presta assistência técnica em todos os níveis da sua competência como entidade. Tais fatos por si só justificam a presente proposição, pelo que, conclamamos o aval dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 385/94

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadania Honrária do Paraná, a Sra. Marlene Salete Casagrande Pereira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 21.11.94.

(a) TOTI COLAÇO

#### Apoiamento:

Renato Adur, José Tavares, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Costenaro Neto e Severino Félix.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem o único objetivo de prestar uma homenagem justa e sincera a ilustre paranaense de coração, Senhora Marlene Salete Casagrande Pereira.

Mulher honrada, empreendedora, humanitária, nascida em 23 de novembro de 1950, em São Valentim, Estado do Rio Grande do Sul, fixou residência no Estado do Paraná, em 1965, mais precisamente na cidade de Cascavel.

Sempre na vanguarda da luta pelo social, em 1974 filiou-se ao antigo MDB. Transferiu residência para Curitiba no ano de 1982.

Prestou serviços exemplares na Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP) de 1993 a Abril de 1994, quando assumiu a Presidência do PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense, onde desenvolveu serviços incontestáveis de grande relevância, dentro do setor social, em nosso Estado.

Desta forma, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que solicitamos o apoio a tão justa homenagem.

#### CURRICULUM VITAE

##### DADOS PESSOAIS:

Nome: Marlene Salete Casagrande Pereira

Data Nasc.: 23.11.50

Local de Nasc.: São Valentim/RS

Estado Civil: Casada

Filhos:

Luiz Fernando C. Pereira (09.11.70);

Luciana Casagrande Pereira (13.10.72);

Denise Casagrande Pereira (04.05.76).

Esposo: Mário Pereira - Governador do Paraná (casada há 25 anos).

##### DOCUMENTAÇÃO:

RG: 9.237.735-6/PR

CPF: 759.227.979-72

##### ENDEREÇO ATUAL:

Travessa Flávio Luz, 88, ap. 301 - Cabral - Curitiba

##### OUTROS DADOS:

- Fixou residência no Paraná em 1965, mais especificamente na cidade de Cascavel.

- Em 1974 filiou-se ao antigo MDB.

- Trabalhou na Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP) de 1993 a Abril de 1994.

- Assumiu a Presidência do PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense em Abril de 1994.

#### PROJETO DE LEI Nº 386/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Grupo da 3ª Idade, com sede na

Praça Olímpica, 236, Município de Cianorte.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.11.94.

(a) DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

##### JUSTIFICATIVA:

O Grupo da 3ª Idade, entidade civil de caráter filantrópico e recreativo, tem como objetivos principais promover o idoso bio-psico-socialmente; propiciar a convivência social da pessoa idosa em atividades sociais recreativas, esportivas, culturais, visando uma melhor integração; promover intercâmbio com outras associações, grupos e entidades para troca de experiências e colaboração; colaborar com os poderes públicos na faixa de filantropia, cultura e humanização da comunidade; organização de eventos que venha divulgar e valorizar a pessoa idosa; incentivar o desenvolvimento de promoções a fim de gerar recursos necessários para manutenção do grupo e realizar encaminhamentos para a área de saúde, procurando proteger o idoso enfermo e de baixo poder aquisitivo.

Apesar das promoções e contribuições da comunidade, a entidade vem encontrando dificuldades em sua manutenção, razão pela qual apresentamos o presente Projeto de Lei que, se aprovado, virá beneficiar a referida entidade, auxiliando-a no desenvolvimento de suas atividades.

#### PROJETO DE LEI Nº 387/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Cultural Italo-Brasileiro de Toledo, com sede e foro na cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.11.94.

(a) DUILIO GENARI

##### JUSTIFICATIVA:

Fundado em 29 de junho de 1991, com Estatutos devidamente registrados sob nº 509, fls.54, Registro de Títulos e Documentos de Toledo em 23.08.91.

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, constituída para melhor intercâmbio cultural e integração de descendentes de Italianos, bem como, todos os seus integrantes participarem de atividades de caráter beneficente em prol das pessoas menos favorecidas, promover enfim, atividades culturais que enriqueçam toda comunidade com as tradições experiências da milenar Itália. Julgamos importante que os nobres Deputados aproveem o presente Projeto de Lei, para que o Centro Cultural Ita-

lo-Brasileiro venha ter sempre melhores condições para desenvolver tão importante atividade.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uso da tribuna simplesmente para registrar o que os jornais estampam há vários dias com relação à podridão que representou o Governo Roberto Requião.

Para nós que fizemos um trabalho de oposição nesta Assembléia durante esses três anos e meio não nos causou nenhuma surpresa, porque estávamos acompanhando "pari passu", desde a tribuna desta Casa, aqui por diversas vezes nos manifestamos a respeito do desgoverno que foi implantado no Paraná a partir de 1991.

As pessoas que desconhecem os fatos, e que agora estão tomando conhecimento através da imprensa, ficam estarelecidas com as maracutaías, os desvios de dinheiro e a roubalheira que campeou pelo Governo que ora está se extinguindo.

Faço dos textos de jornais, de matérias jornalísticas as minhas palavras, para que fique registrado nos Anais desta Casa a ponta de um grande "iceberg" que o atual Governo Mário Pereira, não sabemos porque cargas d'água, busca para desmoralizar o ex-Governador e hoje Senador eleito da República.

Um dos textos dos jornais, após apuradas as denúncias do desvio de dinheiro para compra de selo, relata o seguinte:

"O único beneficiado, com os frutos advindos das ações irregulares, desenvolvidas pela Casa Civil, foi o então governador Senhor Roberto Requião de Mello e Silva". Essa é a principal conclusão da comissão de sindicância que investigou irregularidades na Subchefia de Assuntos Especiais da Casa Civil, durante o período de 1991 a 1994. De acordo com a comissão, um esquema de diárias de viagem falsas, a partir de 1991, foi montado com o conhecimento do ex-Governador para pagar despesas com postagem de material de publicidade, beneficiando-o eleitoralmente.

A comissão estima em R\$ 450 mil o volume de dinheiro gasto, mas ressalta que esse valor é resultado apenas de uma amostragem. "Ficou comprovado o envio de pelo menos 460 mil correspondências", afirmou o presidente da comissão, o advogado Suez Nogueira, na divulgação do relatório final na manhã de ontem.

Segundo o secretário-chefe da Casa Civil, Luiz Gastão Franco de Carvalho, o caso será objeto de uma Comissão de Processo Administrativo Disciplinar a ser instalada

pelo governo do Estado, para tratar dos funcionários públicos. Serão enviados também cópias de documentos originais da sindicância para o Ministério Público, "a fim de que as responsabilidades civis e criminais dos envolvidos, não funcionários, sejam apuradas".

A partir de 37 depoimentos, a comissão concluiu pela existência de irregularidades, realizando o que determina o Estatuto dos Funcionários Civis do Paraná, presumindo a autoria das irregularidades. No caso de correspondência descaracterizada, estão arrolados os nomes do ex-Governador Roberto Requião, de Mauro Rocha (ex-Diretor-Geral da Casa Civil), Cláudio Ribeiro (ex-Chefe da SAE), Wantuil Borges (ex-Chefe da Casa Militar); além dos assessores da governadoria José Antonio Fonseca, Doático Santos (secretário-geral do PMDB), Elerian Zanetti, José Scarpellini, Célia Baron, Ilma Maria Machado e o advogado Acir Mezzadri.

Quanto às diárias e passagens, a comissão aponta como "autores" Mauro Rocha, Cláudio Ribeiro, Caíto Quintana (ex-secretário da Casa Civil), José Antonio Fonseca, Doático Santos, Elerian Zanetti, José Scarpellini, Célia Baron, Acir Mezzadri, Germinal Pocá e Ilma Maria Machado.

Em função das denúncias, a comissão concluiu que o ex-governador é o único beneficiado, "de vez que seria a única figura dentro da organização do Estado a determinar ordens de serviços, sem que pudesse sua execução ser obstada por qualquer outra pessoa".

Diz a "Opinião" do jornal "Indústria & Comércio" que faço desta as minhas palavras:

#### "O DESLIZE DO MORALISTA OU TARTUFO DESMASCARADO"

A meteórica carreira política do Senhor Roberto Requião de Mello e Silva foi impulsionada pela combinação de dois combustíveis: o moralismo pequeno-burguês e o piadismo irreverente. Utilizados agressivamente, veiculados 'urbi et orbe' pela imprensa, as piadas e as cruzadas moralizadoras abriram caminho à Prefeitura de Curitiba e ao Palácio Iguazu.

Nessa vertiginosa marcha é impossível encontrar o mais tênue traço ideológico, no sentido nobre da palavra. O Senhor Roberto Requião de Mello e Silva nunca se notabilizou como ideólogo, sempre no sentido nobre da palavra. Para isso lhe faltam engenho, arte, paciência e humildade. Ou, por outras palavras, lhe faltam formação e informação. Daí a escolha do piadismo fácil e do fácil moralismo, um só passo.

Audacioso, truculento, o Senhor Roberto Requião de Mello e Silva usou o piadismo como meio e o moralismo como fim. E

verdade que procurou temperá-los com especiarias originárias do populismo - contração de uma corruptela ideológica, o pobre 'esquerdismo' terceiro-mundista. O 'esquerdismo' terceiro-mundista confunde Marx com o inspetor Clouzot, imortalizado pelo ator inglês Peter Sellers. Na superfície é um marxismo da linha Groucho; no fundo, nem isso. Apenas uma piada de mau gosto.

Ao contrário da bela e exemplar passagem bíblica, o Senhor Roberto Requião de Mello e Silva nunca se constrangeu em atirar a primeira pedra. Deputado Estadual, Prefeito, Secretário de Estado, Governador, atirou várias pedras, de vários tamanhos e nos mais variados alvos: adversários políticos, correligionários políticos, companheiros de viagem. A tudo e a todos atingiu indiscriminadamente. Não raro, injustamente. E criou uma florescente corte de inimigos. Corte que finalmente passou ao ataque, numa contra-ofensiva arrasadora.

Já não era sem tempo.

O patrono de cruzadas moralizadoras, o apóstolo da purificação dos costumes políticos, o pregador de higidez moral ou o grande inquisidor devem ser inatacáveis, invulneráveis às acusações que lançam à direita e à esquerda. Caso contrário não passam de vulgares. Tartufos. Pior ainda, de profissionais da denúncia ou de carreirista da injúria e da difamação. Este parece ser o caso do Senhor Roberto Requião de Mello e Silva.

Dia a dia, logo depois de ser eleito Senador, avoluma-se o requisitório contra ele. É uma verdadeira sucessão de salvas de denúncias. E de piadas. Denúncias fundadas, apoiadas em fatos concretos, documentadas, piadas oportunas, justíssimas. O falso moralista está recebendo o troco que merece: engolindo o mesmo pão azedo que costumava amassar e servir. Justiça poética? Não, justiça pura e simples.

O Torquemada de Bigorrilho tem os pés de barro e telhado de vidro. É uma fraude. Uma frágil fraude, incapaz de resistir ao menor sopro de veracidade. Falso guerrilheiro na juventude ociosa e dourada (era na verdade o 'guerrilheiro Toddy'), Roberto Requião de Mello e Silva transformou-se em falso moralista na maturidade. É uma vida de falsidades, uma carreira de fraudes. Que desembocou nesse escândalo de 'cachorro-gate', do 'hot-dog-gate' e diárias frias.

Por uma dessas ironias de que a história é tão pródiga, Roberto Requião de Mello e Silva está sendo açoitado com as mesmas armas que sempre utilizou leviana e impunemente. Os inúmeros bumerangues que lançou a esmo agora se voltam contra ele.

O temido 'cachorro-louco' não passa de

um 'cachorro-quente'. O piadista virou motivo de piadas. É uma piada. Como piada é o seu moralismo rastaquêra, pequeno-burguês.

Um dos mais atingidos pelo falso moralismo, as piadas e as baixarias desse que foi ex-Governador, foi o Senador da República, ex-Ministro da Indústria e Comércio, José Eduardo e com muita propriedade, fez estampar ontem, na "Folha de Londrina", no "Espaço Aberto", um pequeno comentário a respeito da verdade de Requião.

Diz o Senador - e eu gostaria que ficasse nos Anais dessa Casa:

#### "A VERDADE SOBRE REQUIÃO

José Eduardo de Andrade Vieira

As conclusões da Comissão de Sindicância sobre irregularidades cometidas na Subchefia para Assuntos Especiais (SAE) da Casa Civil do Governo do Paraná, na administração de Roberto Requião, revelam a verdadeira face de um político cujas armas de ascensão sempre foram a mentira e mistificação.

Depois de ouvir 36 pessoas e compulsar centenas de documentos, a comissão constituída pelo Governador Mário Pereira, concluiu que foram forjadas viagens de servidores e pagas diárias dessas falsas viagens para financiamento de um esquema de promoção pessoal do ex-Governador.

Tal esquema servia para financiar a compra, com dinheiro público, de envelopes e selos para postagem da extensa correspondência com o objetivo de divulgar feitos, pensamentos, palavras e obras de um político profissional cujo estilo sempre foi pautado pela autocomplacência e pela prévia condenação de adversários, tornados inimigos.

Requião, se escapou da Justiça, ao evitar a punição pelo crime de haver usado a propaganda eleitoral gratuita da televisão para mentir para o eleitorado, na campanha em que se elegeu Governador, foi apanhado pela comissão de sindicância justamente na prática do crime que lhe é mais familiar.

Afinal, quem o conhece bem, sabe que ele construiu sua carreira política criando versões fantasiosas, com aparências de verdade indiscutível, seja a respeito de suas próprias qualidades, seja inventando defeitos para os adversários escolhidos.

Mau administrador, adepto de práticas irregulares em seu próprio benefício, conforme ficou largamente provado com a divulgação do resultado da sindicância do Iguazu, ele sempre foi muito competente na arte de mentir e mistificar.

Para tanto, não hesitou sequer, em recorrer a expedientes sórdidos como correspondência apócrifa. Não é de se estranhar que os envelopes e selos pagos pelo con-

tribuinte paranaense tenham contido e postado muitas cartas anônimas contra adversários tornados inimigos para nutrir sua ambição.

Eu mesmo, muitas vezes, fui vítima desse expediente sujo. Roberto Requião chegou ao extremo de forjar cartas falsas, assinadas por "J.E. Vieira", e enviadas a personalidades públicas.

O carimbo usado para assinatura dessa correspondência apócrifa foi encontrado na sindicância. O fato não me surpreendeu. Pois durante cinco anos, como candidato ou como Governador, ele me escolheu como alvo preferencial de seus ataques fantasiosos e de seus delírios de mistificação. Mesmo irresponsáveis, apoiados no vazio, tais ataques causaram a injusta elevação do índice de rejeição de meu nome na sociedade paranaense.

Optei por silenciar e esperar por sempre ter acreditado que a mentira tem pernas curtas e a verdade, mais dia, menos dia, surge, como a luz no meio das trevas. Como todo cidadão decente vítima da leviandade e da irresponsabilidade alheias, tenho sofrido com isso. Mas, agora, testemunho com satisfação o triunfo da verdade sobre a mentira, do fato sobre a versão.

Confio que as revelações da comissão de sindicância, agora divulgadas, sejam apenas o início de um processo de definitivo desmascaramento e esclarecimento do verdadeiro papel desempenhado por um político profissional que transformou a calúnia num instrumento de sua ambição, e num manto para encobrir seu próprio desequilíbrio.

Confio na Justiça. Certamente, os juizes do Paraná, eles mesmos vítimas de sua rede de intrigas, aplicarão punição exemplar para esses crimes, até porque as provas encontradas na sindicância não deixam pairar nenhuma sombra de pretensa parcialidade sobre tal decisão.

Diante da farta documentação e dos copiosos e circunstanciados depoimentos, revelando as irregularidades cometidas em pleno expediente no Palácio Iguazu, durante o Governo Requião, nada há a discutir nem a objetar.

Cabe ao observador isento apenas apreciar e aplaudir a opção pública e declarada do Governador Mário Pereira pela decência e pela justiça, ao determinar, primeiramente a realização da sindicância e, depois de concluída esta, a divulgação das conclusões a que chegou a comissão nomeada para investigar e esclarecer os fatos.

Companheiro de partido e de chapa do ex-governador, o atual cumpriu seu dever de Chefe de Estado, ao não deixar acoberatar as falcaturas de seu correligionário, evitando, dessa forma, tornar-se em última instância, seu cúmplice."

José Eduardo de Andrade Vieira, é Presidente Nacional do PTB, Senador da República pelo Paraná e empresário. Foi Ministro da Indústria e do Comércio e do Turismo no Governo Itamar Franco.

Essa matéria está contida no jornal "Folha de Londrina", no "Espaço Aberto" da 3.<sup>a</sup> página. E apenas para concluir - pediríamos inclusive ao Governador Mário Pereira, que tomou a iniciativa de investigar alguma coisa para desmascarar o misticismo e a farsa que foi o Governo Roberto Requião - gostaríamos que ele, realmente, levasse avante e entregasse na Justiça todo esse relatório que foi formalizado por uma comissão preliminar, por ele designada.

Que não se repitam fatos como o dos helicópteros, quando se montou um relatório conclusivo, incriminando pessoas do governo, inclusive o ex-Chefe da Casa Militar Vantuil Borges, onde este relatório foi depois escondido da opinião pública.

E para apagar as maracutaias existentes na compra de dois helicópteros, o Governo camuflou a verdade.

Que o Governador Mário Pereira tenha a grandeza, pelo menos, de levar para a Justiça esse trabalho formalizado por uma Comissão e por este Deputado.

Gostaria, inclusive, que o Governador Mário Pereira buscasse outras dúvidas que a sociedade paranaense ainda tem e nós Deputados da oposição temos.

Porque o Governo de Roberto Requião foi marcado como o Governo mais corrupto e que mais protegeu a corrupção neste País. Uma grande vergonha!

O povo do Paraná desconhece o que se passou no Governo Roberto Requião. A mim, particularmente, gostaria de dizer que durante a campanha eleitoral fiz várias críticas a este Governo e credito, inclusive, minha derrota por ter levado algumas verdades ao povo do Paraná que à época pensavam que eram invenções deste Deputado que voz fala.

Portanto, Governador Mário Pereira, leve avante aquilo que ele promete em jornal e que a justiça seja feita para este governo de falcaturas, de mentiras e de enganações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência solicita mais uma vez aos Líderes de Bancadas com assento na Assembleia Legislativa, que façam indicação de seus representantes à Comissão Especial de Reforma à Constituição, que trata da emenda sobre o sigilo bancário, a reforma à

Constituição no que trata o art. 205, da Constituição.

São, portanto, duas propostas - que já foram aberto prazos para emendas - e agora só está na dependência da indicação dos membros.

Solicito também aos Senhores Líderes a indicação dos seus representantes às duas CPI's propostas pelo Deputado Mário Bezerra. Uma que trata da irregularidade na remessa de correspondência e compra de selos e a outra que trata da irregularidade na compra de dois helicópteros.

Esta Presidência mais uma vez solicita aos Líderes de Bancada que indiquem seus representantes. Se isso não ocorrer, a Presidência por iniciativa própria, indicará os membros para essas comissões.

Não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário do Partido Progressista, concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É apenas para falar do 1º Encontro Nacional que está acontecendo no Parque Castelo Branco, promovido pela Secretaria de Estado e Meio Ambiente e do Governo do Estado do Paraná, acontece o 1º Encontro Nacional do ICMS Ecológico.

A Lei do ICMS Ecológico foi criada em 1991 e aprovada aqui, nesta Casa, sancionada pelo Governo do Estado do Paraná que constitui, hoje, como uma Lei modelo para o Brasil, aonde quase todos os Estados brasileiros que estão representados hoje no Parque Castelo Branco, onde estão discutindo a Lei do ICMS Ecológico do Estado do Paraná.

Os Estados brasileiros, que se fazem presente quase todos, já estão procurando aprovar uma lei similar a do Paraná para os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Portanto, se constitui de mais uma ação prática, modelo para o País partindo do Paraná.

Quero aproveitar a oportunidade, não só para comunicar os Senhores Deputados para que compareçam neste encontro nacional, como dizer que o Paraná sai na frente mais uma vez, especialmente neste assunto muito importante para o povo do Paraná e para o povo brasileiro que é a preservação do meio ambiente.

Quando podemos preservar o meio ambiente, compatibilizar a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico, muito melhor; e o Estado, através desta Lei, dá o exemplo de solução municí-

palista, porque não há na lei dos "royalties" ecológicos recursos do Governo do Estado, e sim dos Municípios industrializados que repassam recursos para aqueles que preservam o meio ambiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Penatti) - Liderança do Partido dos Trabalhadores. Florisvaldo Fier, com a palavra.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Cerca de 800 trabalhadores que executam o trabalho de digitação na Caixa Econômica Federal no Estado do Paraná, nas cidades de Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel, Umuarama, Pato Branco e Guarapuava, são trabalhadores contratados através de um contrato firmado entre a Companhia Internacional de Tecnologia, ITT, e a Caixa Econômica.

Esses trabalhadores, além de terem seus salários aviltados, achatados, não têm recebido em dia como manda a legislação brasileira.

Estamos já na metade do mês de novembro e esses trabalhadores sequer receberam o salário do mês de outubro.

A empresa, Companhia Internacional de Tecnologia, alega perante esses trabalhadores que a Caixa Econômica Federal não repassou os recursos necessários para que o pagamento seja efetuado.

Portanto, alega a ITT que esses trabalhadores somente receberão salário no mês de novembro.

Queremos lembrar que essa empresa venceu uma licitação realizada pela Caixa Econômica Federal no mês de fevereiro deste ano; ela venceu a licitação em função de oferecer o menor custo para prestar esse serviço de digitação.

Esse menor custo foi obtido por essa empresa graças a diminuição dos salários dos seus trabalhadores, diminuíram de 190 reais para 130 reais, ou seja, aproximadamente 30% numa tacada só.

Esses trabalhadores além de não receberem em dia são obrigados pelas chefias da Caixa Econômica a fazerem hora-extra, são obrigados a cumprirem a jornada de trabalho sem sequer o intervalo para descanso conforme manda a legislação; são obrigados a fazer as horas-extras e, essas horas não são registradas no cartão ponto.

Aqueles trabalhadores que não aceitam as imposições das chefias da Caixa Econômica, são perseguidos por estes chefes.

Queremos aqui, neste Horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores, pedir aos Senhores Deputados que votem favoravelmente ao envio de uma Mensagem ao Superintendente da Caixa Econômica solicitando que efetue o pagamento para esta empresa,



para que a mesma possa pagar os trabalhadores da Caixa Econômica.

Uma vez que é alegação da empresa que ela não recebe da Caixa Econômica. Se por acaso esta alegação não for verdadeira solicitamos a Caixa Econômica, através da Superintendência, que rompa tal contrato uma vez que é prejudicial aos trabalhadores.

Que se efetue concursos públicos para contratação de trabalhadores, na área de digitação, e não a tercerização desses serviços, aviltando estes trabalhadores que são submetidos a trabalhar com salários medíocres e achatados.

Neste sentido é que pedimos a aprovação deste envio de Mensagem ao Superintendente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ainda no Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Líder do Governo, Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Estou encaminhando a Mesa, para aprovação do Plenário, um requerimento propondo um Voto de Congratulações ao Hospital das Clínicas, da Universidade Federal do Paraná, mais especificamente ao Doutor Ricardo Pasquini, e sua equipe, pelo transcurso dos 15 anos de aniversário do primeiro transplante de medula óssea, realizado no Brasil, para nosso orgulho, aqui em Curitiba, no nosso Estado.

E, de lá para cá, nestes 15 anos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, mais ou menos 700 casos de transplante de medula óssea foram realizados por essa equipe. Conheço particularmente a excelência desses serviços porque tive a infelicidade de acompanhar, de perto, o caso de um grande amigo, que se foi, do ex-Prefeito de Jaguapitanga, Nestor Ananias da Cruz. E durante todo aquele período de tratamento, desde o seu internamento, acompanhei de perto e pude conhecer a pessoa, a figura, o profissional Ricardo Pasquini. E conhecer a fundo essa questão de medula óssea.

Portanto, no momento em que Curitiba, a nossa gloriosa e tradicional Faculdade de Medicina, da Universidade Federal, através de seus docentes, liderados pelo cientista Ricardo Pasquini, coloca o Brasil numa posição de destaque perante a comunidade científica do mundo inteiro, senti-me no dever, Senhor Presidente, de no mínimo, fazer o que estou fazendo em nome do povo do Paraná, e em nome dos eleitores que me mandaram para cá, em nome do Regimento Interno da Casa, propor este Voto de Congratulação ao Doutor Ricardo Pasquini e a sua equipe, a Universidade Fede-

ral do Paraná e ao Hospital das Clínicas aqui de Curitiba, por esta data - 15 anos de trabalho e de dedicação - muitas vidas foram preservadas, outras tantas, pelo menos tentaram preservar, mas a sua preservação não foi possível, mas nós sabemos do grande, do fantástico trabalho que essa equipe do Hospital das Clínicas vem realizando nesses 15 anos.

Por isso, estou propondo à Casa um voto de congratulações pelos 15 anos, pelo aniversário de 15 anos do primeiro transplante de medula óssea no Brasil, realizado, para nosso orgulho, aqui no nosso Estado, aqui na nossa querida Capital do Paraná, nossa querida Cidade de Curitiba.

Gostaria de contar com o apoio de todos os colegas Parlamentares - sei que nem haveria necessidade de fazer esse encaminhamento, de fundamentar esse requerimento - dado a sua importância, a sua relevância, e o seu profundo sentido de justiça e de reconhecimento a alguém que vem trabalhando praticamente anonimamente - Deputado Djalma de Almeida César - em benefício da saúde não só do povo do Paraná, mas da saúde do povo brasileiro, porque sei, particularmente, que hoje o Hospital das Clínicas atende pacientes de todo o Brasil, de todos os recantos desse País, e até de Países da América do Sul.

Portanto, acho que o mínimo que eu, como Parlamentar, como representante do povo, o mínimo que esta Casa que tem tido um senso de justiça muito grande, teria que fazer nesse momento, era nos congratularmos com a equipe do professor, do médico, do grande profissional Ricardo Pasquini do Hospital de Clínicas do nosso Estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Passaremos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 145/94, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva reajustar, a partir de dezembro do corrente ano, nas formas das tabelas que o integram, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissões e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Mensagem nº 146/94, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expe-

diente, encaminhando anteprojeto de lei complementar que objetiva o enquadramento de professores da Secretaria de Estado da Educação, no Quadro Próprio do Magistério e no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 034/94, subscrito pelo Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente, solicitando ao setor competente, a marcação do dia 29 de janeiro de 1995, para a entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Padre Joaquim Raimundo Braz. **Aprovado.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, **devidamente apoiado**, constante do expediente. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, com apoio do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia dos Projetos de Resolução nºs 024, 025, 026, 027, 029, 030, 031, 033, 034, 035, 037, 038, 040, 042, 043, 044 e 045/94, e que os mesmos sejam remetidos à Procuradoria Geral do Estado. **Retirado pelo autor.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 179/94, item 28º da Pauta da Ordem do Dia da presente Sessão, que está há vários meses em regime de urgência. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 28

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 179/94, de autoria do Deputado Colombino Grassano, que cria Banco de Dados no Tribunal de Contas do Estado. SEM PARECERES. (Publ. no D.A. nº 63 de 23.05.94)

Esta Presidência informa que dentro daquilo que estabelece o Regimento - estando a matéria em regime de urgência e tendo sido publicada na pauta da Ordem do Dia, e estando a mesma em discussão e vo-

tação na Ordem do Dia de hoje e não tendo pareceres - a consulta ao Plenário será da forma inversa.

Item nº 28.

Portanto, os Senhores Deputados que forem favoráveis ao Projeto queiram levantar-se.

**Está aprovado.**

Passaremos ao restante da matéria.

#### ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 354/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 122/94, que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita à União dos Escoteiros do Brasil, o imóvel (conforme específica) da planta da Fazenda Boqueirão, nesta Capital. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. **Aprovado.**

#### ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 001/94, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para a criação do Município de Crismaltina, desmembrado do Município de Faxinal-PR. COM PARECERES FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

#### ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 028/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 098/94, que autoriza o Poder Executivo alienar a Jوسف Forquevicz, o imóvel situado na Colônia Boa Ventura no Município de Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.I.C.. **Aprovado.**

#### ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 032/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 079/94, que autoriza o Poder Executivo através do IAP, alienar a Albino Coltro, o lote nº 119, do imóvel Cinco Encruzilhadas, no Município de Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.I.C.. **Aprovado.**

#### ITEM 05

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 036/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 094/94, que autoriza o Poder Executivo através do IAP, alienar a Horário Fernandes Júnior o imóvel denominado Barra Grande, situado no Município de Sapopema. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C. **Aprovado.**



## ITEM 06

## VOTAÇÃO EM:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 041/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 092/94, que autoriza o Poder Executivo alienar a Augusto Rodrigues, o imóvel constituído do lote nº 37, do imóvel Campina de Freitas situado no Município e Comarca de Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado.**

## ITEM 07

## VOTAÇÃO EM:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 046/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 107/94, fica autorizado o Poder Executivo a alienar ao Srs. Angelo Nelvir Gadena e Sabastião Conrado, o imóvel constituído do lote nº 29 da gleba 16, Colônia Boa Ventura, com área de 66,6772 ha, no Município de Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado.**

## ITEM 08

2.<sup>a</sup> VOTAÇÃO - do Projeto de Resolução nº 024/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 083/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Sr. Arno Strapasson, o imóvel dos lotes nºs 11 e 18, da gleba nº 01 da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 09

2.<sup>a</sup> VOTAÇÃO - do Projeto de Resolução nº 025/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 080/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Francisca Alves dos Santos, o imóvel do lote nº 16 da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 10

2.<sup>a</sup> VOTAÇÃO - do Projeto de Resolução nº 026/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 084/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar aos Srs. Luiz Grégio e Carlos Alberto Grégio, o imóvel do lote nº 05, da gleba nº 04, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 11

2.<sup>a</sup> VOTAÇÃO - do Projeto de Resolução nº 027/94, de autoria da Comissão de Consti-

tuição e Justiça - Mensagem nº 096/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Sr. Mário César Neves o imóvel denominado Lajeadozinho, situado no Município de Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 12

2.<sup>a</sup> VOTAÇÃO - do Projeto de Resolução nº 029/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 097/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Sr. Valdemar Gralak, o imóvel do lote nº 08, da gleba nº 04, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 13

2.<sup>a</sup> VOTAÇÃO - do Projeto de Resolução nº 030/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 085/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Olga Sass Forekevicz, o imóvel do lote nº 05, da gleba nº 15, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 14

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 031/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 078/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Senhor José Maria de Lima, o imóvel do lote nº 30, da Gleba nº 16 da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 15

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 033/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 095/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Senhor Ovídio Afonso Vecchi, o imóvel do lote nº 116, da Gleba nº 07 da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 16

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 034/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 087/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Senhor Roberto Ritty, o imóvel do

lote da Gleba Lambari do Município de Sapopema. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo, com abstenção do Deputado José Arthur Ritti por se tratar de parente seu em primeiro grau.**

ITEM 17

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 035/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 093/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Senhor Aquilino Panichella, o imóvel do lote nº 146, da Gleba nº 02 da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 18

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 037/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 091/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Senhor Benedito Silgulani, o imóvel denominado Barra Grande, bairro do mesmo nome, no Município de Sapopema. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 19

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 038/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 081/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Senhor Vassilio Forekevicz, o imóvel do lote nº 80, da Gleba nº 07 da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga, com área de 37,1916. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 20

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 040/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 090/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Senhor Vassilio Forekevicz e Vlademiro Forekevicz, o imóvel do lote nº 11, da Gleba nº 15 da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 21

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 042/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 089/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar aos Senhores Angelo Nelvir Gadens e Sebastião Conrado, o imóvel do lote nº 16,

da Gleba nº 16 da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 22

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 043/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 086/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar aos Senhores Miguel Batista, Nelson Jesus Batista e Oswaldo Batista, o imóvel do lote nº 44, da Gleba nº 02 da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 23

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 044/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 082/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Senhor Arthur da Silva Leme Neto, o lote nº 83, do imóvel Cinco Encruzilhadas, Município de Pitanga. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 24

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 045/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 088/94, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Senhor Claudio Conrado, o imóvel do lote nº 52, da Gleba nº 15 da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 25

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/94, de autoria dos Deputados Renato Adur e Luiz Henrique Bona Turra, que estatui a utilização referencial obrigatória pelos Poderes Públicos do Estado do Paraná, no setor de obras públicas, no estudo intitulado Metodologia de Pesquisas de Preços e Orçamentos para a Construção Civil e Diretrizes de Gerenciamento Técnico-Financeiro. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado (Publ. no D.A. nº 31, de 30.03.94.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 106/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que estatui a utilização referencial obrigatória pelos Poderes Públicos do Estado do Paraná, no setor de obras públicas, no estudo intitulado "Metodologias de Pesquisas de Preços e Orçamentos

para a Construção Civil e Diretrizes de Gerenciamento Técnico-Financeiro".

Procedendo à análise objetiva do Projeto em tela, constatamos inexistir qualquer óbice de natureza legal constitucional ou regimental e, portanto está em condições de ser submetida a apreciação no Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.04.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 106/94

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em análise, de autoria dos Deputados Renato Adur e Luiz Henrique Bona Turra, objetiva estatuir a utilização referencial obrigatória pelos Poderes Públicos do Estado do Paraná, no setor de obras públicas, do estudo intitulado "Metodologias de Pesquisas de Preços e Orçamentos para a Construção Civil e Diretrizes de Gerenciamento Técnico-Financeiro".

A matéria foi analisada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça que se pronunciou favorável à aprovação da mesma.

Assim sendo, esta douta Comissão Técnica segue o entendimento daquela Comissão, manifestando-se favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.10.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 26

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/94, de autoria da Deputada Emilia Belinati, que torna obrigatória a vacinação contra a rubéola para ingresso de crianças em creche e 1º grau, adolescentes e adultos no 2º e 3º graus, bem como para mulheres de 12 a 40 anos, para ingresso em trabalho onde haja contato direto com criança. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.E.C.E.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 51, de 04.05.94.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 152/94

P A R E C E R:

A proposição supra, de autoria da nobre Deputada Emilia Belinati, torna obrigatória a vacinação contra a rubéola para ingresso de crianças em creche, e estudantes em 1º, 2º e 3º graus, bem como para mulheres de 12 a 40 anos, para ingresso em trabalho onde haja contato direto com criança.

O plano de lei em exame está em consonância com o Art. 53, inciso XVI da

Constituição Estadual, bem como observa os aspectos legal, jurídico e de técnica legislativa, pelo que emitimos parecer favorável à sua tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 152/94

P A R E C E R:

De autoria da Ilustre Deputada Emilia Belinati, o Projeto de Lei em tela, tem por finalidade tornar obrigatória a vacinação contra a rubéola, para ingresso de crianças em creche e 1º grau, adolescentes e adultos no 2º e 3º graus, bem como para mulheres de 12 a 40 anos, para ingresso em trabalho onde haja contato direto com criança.

No âmbito desta Comissão Técnica, verificamos tratar-se de proposta de relevante interesse social, ressaltando a preocupação da autoria, no sentido de tentar prevenir as deficiências advindas pela doença, através da vacinação obrigatória nos casos que especifica.

Neste sentido, manifestamos nosso parecer favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.05.94.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI Nº 152/94

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei visa tornar obrigatória a vacinação contra a rubéola para ingresso de crianças em creches e 1º grau, adolescentes e adultos no 2º e 3º graus, bem como para mulheres de 12 a 40 anos, para ingresso em trabalho onde haja contato direto com criança.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde Pública posicionaram-se favoravelmente a aprovação deste.

Esta Comissão de Educação, através de seu Relator, posiciona-se igualmente favorável, já que é dever do Estado e direito do cidadão ter assegurada sua saúde. Além do que, vemos na medida a enaltecida intenção de reduzir drasticamente o número de crianças portadoras de deficiência auditiva, visual e tantas outras malformações.

Nestas condições, é nosso parecer favorável opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) EMILIA BELINATI - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

ITEM 27

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 171/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que define a caracterização, implantação e manutenção dos marcos de divisas intermunicipais. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 59, de 17.05.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI 171/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade definir a caracterização, implantação e manutenção dos marcos de divisas municipais.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação por este Poder Legislativo.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 11.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,  
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 171/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade definir a caracterização, implantação e manutenção dos marcos de divisas municipais.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar a proposição, deu parecer favorável, quanto ao aspecto legal, constitucional e regimental.

Chamada a opinar, essa Comissão de Terras, Imigração e Colonização opina favoravelmente a iniciativa do nobre Deputado, que procura ordenar matéria de grande importância para os municípios paranaenses.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

ITEM 29

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 315/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 104/94 que cria o Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná - COPED. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, por unanimidade.** (Publ. no D.A. nº 108 de 12.08.94 Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 315/94

P A R E C E R:

A proposição em tela, oriunda da Mensagem do Executivo sob nº 104/94, objetiva criar o Conselho a ser vinculado a Secretaria do Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU.

Sob análise desta comissão, o projeto observa aos aspectos legais e constitucionais, pelo que emitimos parecer favorável a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator

ITEM 30

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 337/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 114/94, que objetiva dar nova redação aos dispositivos das Leis nºs. 6.774 de 08.01.86 e 7.047 de 21.11.78 com suas posteriores alterações conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e S.P.. (Publ. no D.A. nº 118 de 10.10.94 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 337/94

P A R E C E R:

SÚMULA: Objetiva dar nova redação aos dispositivos das Leis nºs. 6.774 de 08.01.86, e nº 7.047 de 21.11.78, com suas posteriores alterações, conforme específica.

A mensagem em tela, de nº 114/94, oriunda do Poder Executivo Estadual, merece parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, C.C.J..

Preenchendo, pois, a matéria todos os requisitos Constitucionais, Legais e Regimentais, opinamos favoravelmente.

É o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 337/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo dar nova redação aos dispositivos das Leis nºs. 6.774 e 7.047, com suas posteriores alterações.

Já tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça e levando em conta o alcance que a matéria trará em benefício do Corpo de Bombeiros do Estado, com a reestruturação prevista no projeto de lei em tela, esta Comissão de Segurança Pública dá, também, o seu parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) ALGACI TÚLIO

## Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia e da Sra. Deputada Emilia Belinati, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 04 (quatro) Sessões do Projeto de Lei nº 337/94. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 04 (quatro) Sessões do Projeto de Lei nº 337/94.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimento nº 2519, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2517, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2518, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 2521 e 2520, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 2522 e 2529, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 2515 e 2516, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 2523 e 2524, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2512, de autoria do Sr. Deputado Arlindo Troian, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2509, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2508, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2513, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2511, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do

expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 2510, 2525 a 2528, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2506, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2505, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 219/94.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 106, 152, 171 e 179/94; dos Projetos de Lei Complementar nºs 315 e 354/94; e dos Projetos de Resolução nºs 001, 028, 032, 036, 041 e 046/94.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 707/94; do de Lei nº 223/94; e do de Resolução nº 023/94.

Levanta-se a Sessão.

## Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 200/94

I - exonerar, a pedido, Severo Olímpio Sotto Maior, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria das Comissões, da Diretoria Legislativa, a partir de 1º de agosto de 1994;

II - prover, Eliza Sotomaior Maruska, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria das Comissões, da Diretoria Legislativa, a partir de 1º de agosto de 1994;

III - autorizar Eliza Sotomaior Maruska, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de agosto de 1994, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 201/94

I - exonerar, a pedido, JOÃO MARCOS JUSTINIANO DIAS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de agosto de 1994;

II - exonerar, a pedido, VERA LÚCIA DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenação de Execução e Auxílios Sociais, da Diretoria Financeira, a partir de 1º de agosto de 1994;

III - prover, VERA LÚCIA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de agosto de 1994;

IV - prover, HONORINA PIANO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenação de Execução e Auxílios Sociais, da Diretoria Financeira, a partir de 1º de agosto de 1994;

V - autorizar HONORINA PIANO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de agosto de 1994, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 202/94

I - exonerar, a pedido, ESCOLÁSTICA CORSINO LOPES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, da Administração deste Poder, a partir de 1º de agosto de 1994;

II - prover, ESCOLÁSTICA CORSINO LOPES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenação de Administração de Pagamentos, da Diretoria Financeira, a partir de 1º de agosto de 1994;

III - autorizar ESCOLÁSTICA CORSINO LOPES, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de agosto de 1994, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 203/94

I - exonerar, a pedido, CLAUDIONOR BENEDETTI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Diretor Adjunto da Diretoria Administrativa, a partir de 1º de agosto de 1994;

II - prover, ROBERTO BARBOSA CUNHA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Diretor Adjunto da Diretoria Administrativa, a partir de 1º de agosto de 1994;

III - autorizar ROBERTO BARBOSA CUNHA,

a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de agosto de 1994, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 204/94

I - exonerar, a pedido, DINAH LUNARDELLI SALOMON, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de agosto de 1994;

II - prover, CARLA ELISA SAROLLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de agosto de 1994.

(Protoc. nº 8390)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 205/94

prover, MANOEL VIEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Colombino Grassano, a partir de 1º de agosto de 1994.

(Protoc. nº 8435)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 206/94

I - exonerar, a pedido, ROSALINA DE OLIVEIRA ARRUDA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Deputada Emilia Belinati, a partir de 1º de agosto de 1994;

II - exonerar, a pedido, MARY ANGELA DA SILVA MARQUES, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenação de Auditoria e Controle Orçamentário, da Diretoria da Procuradoria, a partir de 1º de agosto de 1994.

(Protoc. nº 8439)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 207/94

exonerar, a pedido, JOSÉ CARLOS CORREIA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de agosto de 1994.

(Protoc. nº 8441)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.08.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 208/94

I - exonerar, a pedido, WALTER ROBERTO KLOTH, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Dalton Machuca, a partir de 1º de agosto de 1994;

II - exonerar, a pedido, ROSANA MARQUES DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Dalton Machuca, a partir de 1º de agosto de 1994;

III - prover, ROSANA MARQUES DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo

2-G, do Gabinete do Deputado Dalton Machuca, a partir de 1º de agosto de 1994.

(Protoc. nº 8569)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 209/94

I - exonerar, a pedido, MARIA DE LOURDES MALKUT PACHE, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de agosto de 1994;

II - prover, CARLA CRISTINA KARPSTEIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de agosto de 1994.

(Protoc. nº 8608)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.08.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 210/94

I - exonerar, a pedido, THAYS DO PRADO COLAÇO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 1º de agosto de 1994;

II - prover, ROSELY EMÍLIA TYSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 1º de agosto de 1994.

(Protoc. nº 8688)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 211/94

I - exonerar, a pedido, JANAÍNA IZAR ABAGE, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1º de agosto de 1994;

II - exonerar, a pedido, MARIA RUTE ROSA DO AMARAL, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1º de agosto de 1994;

III - prover, MARIA RUTE ROSA DO AMARAL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1º de agosto de 1994.

(Protoc. nº 8704)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.08.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 212/94

I - exonerar, a pedido, ALICE MUSSALAN PRESENDE, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior, a partir de 1º de agosto de 1994;

II - prover, ALICE MUSSALAN PRESENDE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior, a partir de 1º de agosto de 1994;

III - prover, JARDELINA TEIXEIRA DE FARIA HANNEMANN, para exercer o cargo em Comissão símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior, a partir de 1º de agosto de 1994.

(Protoc. nº 8756)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 213/94

I - exonerar, a pedido, JOÃO DA SILVA LEME, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de agosto de 1994;

II - prover, JOÃO DA SILVA LEME, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de agosto de 1994;

III - prover, ROSALI WOCHE PERUSSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de agosto de 1994.

(Protoc. nº 8788)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08.08.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 214/94

I - exonerar, a pedido, EDSON LUIZ RIBAS DE QUEIROZ, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de agosto de 1994.

II - prover, CLAUDEMIR JORGE WEBER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de agosto de 1994.

(Protoc. nº 8978)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 215/94

I - exonerar, a pedido, ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA FRANÇA SATYRO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Dalton Machuca, a partir de 1º de agosto de 1994;

II - prover, DARCY PEREIRA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Dalton Machuca, a partir de 1º de agosto de 1994;

III - autorizar DARCY PEREIRA DA SILVA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de agosto de 1994, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. nº 9020)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.08.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 216/94

I - exonerar, a pedido, JOÃO DA SILVA LEME, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de agosto de 1994;

II - prover, JOÃO DA SILVA LEME, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de agosto de 1994;

III - prover, LUIZ CÉSAR KALUZNY, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de agosto de 1994.



(Protoc. n° 9097)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.08.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 217/94

Exonerar, a pedido, CIBELE FLEURY MORAES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Arthur Ritti, a partir de 1° de agosto de 1994.

(Protoc. n° 9238)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 218/94

I - exonerar, a pedido, VERA LÚCIA REIKDAL VIVAN, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1° de agosto de 1994;

II - prover, BEATRIZ MARIA PANEK, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1° de agosto de 1994;

III - autorizar BEATRIZ MARIA PANEK, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de agosto de 1994, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. n° 9273)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17.08.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 219/94

I - exonerar, a pedido, ODEMAR ORLANDO ULBRICH, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1° de setembro de 1994;

II - exonerar, a pedido, JOÃO BATISTA LOPES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1° de setembro de 1994;

III - prover, JOÃO BATISTA LOPES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1° de setembro de 1994.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 220/94

Prover, JOEL MARIANO DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1° de setembro de 1994.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.09.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 221/94

I - prover, ARY REIS PORTUGAL NETO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Colombino Grassano, a partir de 1° de agosto de 1994;

II - exonerar, a pedido, JOHNSON DE SALLES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Partido Liberal-PL, a partir de 1° de setembro de 1994;

III - prover, SANDRA REGINA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Partido Liberal - PL, a partir de 1° de setembro de 1994.

(Protoc. n° 10.022)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.09.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 222/94

Art. 1° - Conceder aos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, reajustes em seus vencimentos conforme o disposto abaixo, a partir de 1° de setembro de 1994;

I - para os cargos de Efetivos, Inativos, Regime Jurídico Único, C.L.T., bem como as pensões pagas por este Poder, a qualquer título, quinze por cento (15%);

II - para os cargos em Comissão símbolos DAS, C, G, Procuradores e Consultores Técnicos às Comissões, doze por cento (12%);

Art. 2° - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete ficam reajustados em doze por cento (12%).

Art. 3° - O valor do Salário-Família, por dependente legal, fica reajustado para R\$ 0,90 (noventa centavos de real).

Art. 4° - O valor da Gratificação de Produtividade fica reajustado para R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos).

Art. 5° - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no Art. 1°, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.09.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 223/94

I - prover, ROSALINA DE OLIVEIRA ARRUDA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Deputada Emília Belinati, a partir de 1° de outubro de 1994;

II - prover, MARY ANGELA DA SILVA MARQUES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenadoria de Auditoria e Controle Orçamentário, da Diretoria da Procuradoria, a partir de 1° de outubro de 1994;

III - autorizar ROSALINA DE OLIVEIRA ARRUDA e MARY ANGELA DA SILVA MARQUES, a prestarem serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre os seus vencimentos básicos, a partir de 1° de outubro de 1994, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. n° 10.451)



## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 224/94

I - exonerar, a pedido, ANGELO GOMES DE ALMEIDA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de outubro de 1994;

II - exonerar, a pedido, WILSON BAUMEL PIEL, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de outubro de 1994;

III - prover, ACIR CÉSAR MATIOLI PAOLINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de outubro de 1994.

(Protoc. nº 10471)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 225/94

I - exonerar, a pedido, DINON PEIXOTO CABRAL, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Namir Piacentini, a partir de 1º de outubro de 1994;

II - exonerar, a pedido, ANTÔNIO DE ABREU, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Namir Piacentini, a partir de 1º de outubro de 1994;

III - prover, ANTÔNIO DE ABREU, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Namir Piacentini, a partir de 1º de outubro de 1994;

IV - exonerar, a pedido, BENNO KARL LUDWIG, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Namir Piacentini, a partir de 1º de outubro de 1994;

V - prover, BENNO KARL LUDWIG, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Namir Piacentini, a partir de 1º de outubro de 1994.

(Protoc. nº 10479)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 226/94

I - exonerar, a pedido, GENTIL ANGELO SPIASSA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Paulo Maia, a partir de 1º de outubro de 1994;

II - exonerar, a pedido, JOSÉ AUGUSTO TORTATO DE MELLO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Paulo Maia, a partir de 1º de outubro de 1994;

III - prover, RUI MOACIR GASPAROTTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Paulo Maia, a partir de 1º de outubro de 1994.

(Protoc. nº 10529)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 227/94

I - exonerar, a pedido, FUKUIE KONDO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Severino Félix Pessoa, a partir de 1º de outubro de 1994;

II - prover, VALDETE RIBEIRO MENDES,

para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Severino Félix Pessoa, a partir de 1º de outubro de 1994;

III - autorizar VALDETE RIBEIRO MENDES, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de outubro de 1994, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. nº 10531)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 228/94

I - exonerar, a pedido, FERNANDO JOSÉ PERUSSO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de outubro de 1994;

II - prover, MARILDA EFIGÊNIO SANTIAGO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de outubro de 1994.

(Protoc. nº 10548)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 229/94

I - exonerar, a pedido, LEONY CECÍLIA BACHMANN, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de outubro de 1994;

II - prover, ISAURA APARECIDA SOARES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de outubro de 1994.

(Protoc. nº 10550)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 230/94

I - exonerar, a pedido, HEITOR COSTA NETO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de outubro de 1994;

II - prover, APARECIDA DONEDA IBANHEZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de outubro de 1994.

(Protoc. nº 10551)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.10.94.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 231/94

I - exonerar, a pedido, DIRCEU RODRIGUES DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de outubro de 1994;

II - exonerar, a pedido, CLÁUDIA GONÇALVES GRODZKI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de outubro de 1994.

1994;

III - prover, CLÁUDIA GONÇALVES GRODZKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de outubro de 1994;

IV - exonerar, a pedido, ARI VALDIR NELES DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de outubro de 1994;

V - exonerar, a pedido, CLARICE MANSUR DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de outubro de 1994;

VI - exonerar, a pedido, Nelson Luiz Filho, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de outubro de 1994;

VII - prover, NELSON LUIZ FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de outubro de 1994;

VIII - exonerar, a pedido, DONALDO PRIMO DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de outubro de 1994;

IX - exonerar, a pedido, JAIME ALVES DE MELLO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de outubro de 1994;

X - prover, VERA SÍLVIA PENTEADO SETTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de outubro de 1994.

(Protocs. nºs 10561 a 10563)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.10.94.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 232/94

I - exonerar, a pedido, LUIZ FERNANDO DOS SANTOS PACHECO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de outubro de 1994;

II - prover, ARTHUR LUIZ COELHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de outubro de 1994.

(Protoc. nº 10660)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 233/94

I - exonerar, a pedido, LUIZA HELENA SOARES LOPES DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Arthur Ritti, a partir de 1º de outubro de 1994;

II - prover, ISABELA BARPP, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado José Arthur Ritti, a partir de 1º de outubro de 1994.

(Prot. nºs 10703 e 10704)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14.10.94.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 234/94

I - exonerar, a pedido, MARA CATARINA MESQUITA LOPES LEITE, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado João Preis, a partir de 1º de novembro de 1994;

II - prover, SÉRGIO RICARDO ALTOE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado João Preis, a partir de 1º de novembro de 1994;

III - autorizar SÉRGIO RICARDO ALTOE, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de novembro de 1994, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

IV - exonerar, a pedido, MOZART ANGELO RODRIGUES, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado João Preis, a partir de 1º de novembro de 1994;

V - exonerar, a pedido, JANETE MARIA RODRIGUES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Preis, a partir de 1º de novembro de 1994;

VI - prover, MARIA DA GLÓRIA E SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado João Preis, a partir de 1º de novembro de 1994;

VII - exonerar, a pedido, ANDRÉA TRUGILO MENDONÇA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado João Preis, a partir de 1º de novembro de 1994;

VIII - exonerar, a pedido, JOAQUIM HENRIQUE LAUER, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Preis, a partir de 1º de novembro de 1994;

IX - prover, JOAQUIM HENRIQUE LAUER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado João Preis, a partir de 1º de novembro de 1994;

X - exonerar, a pedido, EVANILDE GUERRA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Preis, a partir de 1º de novembro de 1994;

XI - exonerar, a pedido, MAGDA TEREZA ARAÚJO MOREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado João Preis, a partir de 1º de novembro de 1994;

XII - prover, MAGDA TEREZA ARAÚJO MOREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado João Preis, a partir de 1º de novembro de 1994;

XIII - exonerar, a pedido, LINDALVA MARIA DE MOURA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado João Preis, a partir de 1º de novembro de 1994;

XIV - prover, ROSEMARY FERREIRA DE OLIVIERA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado João Preis, a partir de 1º de novembro de 1994;

XV - exonerar, a pedido, HERÁCLITO MACHADO SANDANO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Partido Progressista - PP, a partir de 1º de novembro de 1994;

XVI - prover, ROZBERGUE ROBSON FORMIGONE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Partido Progressista - PP, a partir de 1º de novembro de 1994.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 235/94

conceder aposentadoria, a pedido, a LOECY TEREZINHA WOSNE, matrícula nº 40559, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, ocupante do cargo de Agente Administrativo "A", de acordo com o Art. 35, inciso III, letra "c" da Constituição Estadual, com proventos mensais e proporcionais ao seu cargo efetivo; e três quinquênios, de acordo com a Lei nº 6.174/70, em seu art. 170 e parágrafo único, calculados em conformidade com a proposição nº 7894/91, do Tribunal de Contas do Estado, resultando em proventos mensais de R\$ 215,07 (duzentos e quinze reais e sete centavos), perfazendo o total anual de R\$ 2.580,04 (dois mil, quinhentos e oitenta reais e quatro centavos).

(Protoc. nº 5306)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 236/94

conceder a ANNIBAL DUMONT, matrícula nº 40151, funcionário desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, nos termos do parágrafo único do art. 247, da Lei nº 6.174/70, e respeitadas as exigências do art. 250 e seu parágrafo único, da citada Lei, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 1º quinquênio, compreendido entre 15 de junho de 1976 e 15 de junho de 1981.

(Protoc. nº 6147)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 237/94

conceder a EDITH BAUDISH, matrícula nº 40356, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo "A" - N-61, nos termos do art. 247 da Lei nº 6.174/70, e respeitando-se o disposto na Resolução nº 12/91, e seu parágrafo único da Lei nº 10.219/92, três (03) meses de licença especial, a partir de 1º de agosto de 1994, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 1º quinquênio, compreendido entre 1º de março de 1984 e 1º de março de

1989.

(Protoc. nº 8247)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 238/94

conceder a EDISON LUIZ TABORDA, matrícula nº 40464, funcionário desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, nos termos do art. 247, da Lei nº 6.174/70, e respeitando-se as exigências do art. 250 e seu parágrafo único, da citada Lei, licença especial de seis (06) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 1º decênio, compreendido entre 01 de agosto de 1984 e 01 de agosto de 1981.

(Protoc. nº 8600)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 239/94

conceder a CELITA FREITAS HONÓRIO, matrícula nº 40362, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, nos termos do art. 247, da Lei nº 6.174/70, e respeitando-se as exigências do art. 250 e seu parágrafo único da citada Lei, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 1º quinquênio, compreendido entre 01 de março de 1984 e 01 de março de 1994.

(Protoc. nº 8693)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 240/94

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 164/94, de 1º de julho de 1994, para conceder aposentadoria, a pedido, a RAFAEL DE LALA SOBRINHO, matrícula nº 602, ocupante do cargo de Procurador NU-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos do Art. 35, inciso III, letra "a", da Constituição Estadual; Art. 140, incisos I e III, da Lei nº 6174/79 e Art. 11, da Resolução nº 52/89, de 21 de novembro de 1989, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) do DAS-3; verba de representação, conforme disposto no Art. 3º da Lei nº 8198, de 17 de dezembro de 1985; e, de acordo com o inciso VIII, do Art. 37, da Lei Complementar nº 40, de 14 de dezembro de 1981; trinta por cento (30%) referentes a seis (06) adicionais, observando-se, neste, o que dispõe o inciso XIV do Art. 37, da Constituição Federal, resultando em proventos mensais no valor de R\$ 1.856,51 (hum mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e um centavos) e, anualmente o total de R\$ 22.278,12 (vinte e

dois mil, duzentos e setenta e oito reais  
e doze centavos).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.11.94.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente  
ANIBAL KHURY - 1º Secretário  
DIRCEU MANFRINATO - 2º Secretário